

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Joilton Sergio Rosa

**EMPRESA E MUNICÍPIO: O PAPEL DA SAMARCO MINERAÇÃO NA  
REESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE ANCHIETA – ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Cândido Mendes – Campos/RJ para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTAO DE CIDADES.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Rosélia Piquet

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
Março de 2006

JOILTON SERGIO ROSA

**EMPRESA E MUNICÍPIO: O PAPEL DA SAMARCO MINERAÇÃO NA  
REESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE ANCHIETA – ES**

Dissertação apresentada ao PROGRAMA de Pós – Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Cândido Mendes – Campos/RJ para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTAO DE CIDADES.

Aprovada em 30 de março de 2006.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Dr<sup>a</sup> Rosélia Piquet - Orientadora  
Universidade Cândido Mendes

---

Prof. Dr. José Luis Vianna da Cruz  
Universidade Cândido Mendes

---

Prof. Dr. Romeu e Silva Neto  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
2006

Dedico esta dissertação à memória de meus pais como forma de agradecimento por seu empenho em me ensinar a importância de sempre aprender mesmo sem sua presença física.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo cuidado e proteção nas viagens para a parte presencial deste curso.

A minha esposa Renata que além de ser minha incentivadora, foi minha companheira nas horas de cansaço e desânimo, além de compreender minha ausência e me presentear com minha filha Sophia.

A meus irmãos que sempre acreditaram que eu poderia vencer esta batalha.

A minha orientadora Professora Rosélia Piquet sem a qual jamais poderia ter atingido meu objetivo de pesquisa, por sua compreensão, paciência e direcionamento.

A professora Patrícia Faria que em muito contribuiu para a melhoria significativa deste trabalho.

A meus amigos de turma que desde o início demonstraram o real valor da amizade que permanecerá para sempre em meu coração, em especial a Jeferson, Márcio, Edinho, Zé Luís, Miguel e Fred.

A Cida da secretaria da UCAM, sempre pronta a me atender.

## RESUMO

### EMPRESA E MUNICÍPIO: O PAPEL DA SAMARCO MINERAÇÃO NA REESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE ANCHIETA – ES

Destaca as alterações sócio-econômicas ocorridas no município de Anchieta após a chegada da Samarco Mineração em meados da década de 1970. Identifica o processo de reorganização da economia capixaba, situando o Estado do Espírito Santo neste novo contexto da economia nacional. Levanta dados referentes às alterações na estrutura social e econômica do município através dos impactos causados pela implantação do investimento buscando demonstrar estas mudanças em pesquisas realizadas junto a institutos como o Jones Santos Neves, IBGE, censos e recenseamentos, visitas a comunidades e à própria empresa. Procura analisar a relação existente entre novos empreendimentos da Samarco e impactos no meio social e econômico da cidade principalmente com a construção da segunda usina de pelotização da mesma como o surgimento de novos bairros e o aumento da arrecadação municipal via imposto recolhido pela mineradora. Analisa o início da implementação de projetos sócio-ambientais da Samarco Mineração junto a comunidades dentro de sua área de influência direta, bem como busca identificá-los sob o ponto de vista do(s) conceito(s) de Responsabilidade Social, além de procurar traçar um perfil desta postura empresarial em relação às comunidades e ao poder público local. Analisa sem pretensão de avaliação aspectos positivos e dificuldades de interação entre empresa e comunidade, bem como da aparente mudança de comportamento da Samarco em relação à cidade de Anchieta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reestruturação da economia capixaba, II PND, Samarco Mineração, Impactos sócio-econômicos, Arrecadação municipal, Responsabilidade social, Projetos sócio-ambientais

## **ABSTRACT**

### **COMPANY AND THE CITY: THE ROLE OF MINING IN SAMARCO RESTRUCTURING OF SOCIAL AND ECONOMIC ANCHIETA - ES**

Highlights socioeconomic changes occurring in the municipality of Anchieta after the arrival of Samarco Mining in the mid-1970s. Identify the process of reorganizing the state economy, placing the state of Espirito Santo in this new context of the national economy. Stand data on changes in social and economic structure of the council through the impacts of implementation of investment seeking to demonstrate these changes in studies done with institutes such as the Jones Santos Neves, IBGE, censuses and surveys, visits to communities and the company itself. It examines the relationship between the house and new ventures impacts on the social and economic development of the city especially with the construction of a second pellet plant just as the emergence of new neighborhoods and increase the municipal income tax collected by the mining road. Parses the beginning of the implementation of socio-environmental projects Samarco Mining with communities within its area of direct influence, and seeks to identify them from the point of view (s) concept (s) of Social Responsibility, and seek draw a profile of this corporate attitude towards the communities and local government. Analyzes assessment without pretension positive aspects and difficulties of interaction between company and community, as well as the apparent change in behavior Samarco for the city of Anchieta.

**KEY WORDS:** Restructuring the state economy, II PND, Samarco Mining, Socio-economic impacts, Municipal income, Social responsibility, Social and environmental projects

## Lista de Tabelas

TABELA 1: Crescimento da população total do Município de Serra/ES	27
TABELA 2: Variação de receitas – Anchieta/ES	32
TABELA 3: Distribuição da PEA por setor – Anchieta/ES	35
TABELA 4: Crescimento populacional Anchieta-Guarapari/ES 1970-2000	38
TABELA 5: Principais receitas <i>per capita</i> do Espírito Santo	43
TABELA 6: Composição de receita – Anchieta/ES	50
TABELA 7: Evolução receita/população de Anchieta/ES	53
TABELA 8: Composição de receita Anchieta/ES	54
TABELA 9: Comparativo de Evolução do ISS de Anchieta/ES	55
TABELA 10: Participação ISS/ICMS na receita total Anchieta/ES	56
TABELA 11: Evolução da receita municipal Anchieta/ES	57
TABELA 12: Evolução quota parte do ICMS de Anchieta/ES	57

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 CAPÍTULO I: REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA CAPIXABA .....</b>	<b>15</b>
2.1 O ESPÍRITO SANTO E O II PND.....	15
2.2 A SÓCIO-ECONOMIA DE ANCHIETA NA DÉCADA DE 1970 .....	28
2.3 SAMARCO: INÍCIO E FORMAÇÃO .....	39
<b>3 CAPÍTULO II: ANCHIETA NOS ANOS 1990 .....</b>	<b>42</b>
3.1 MERCADO DE TRABALHO E MUDANÇAS SOCIAIS.....	42
3.2 SEGUNDA USINA E NOVOS IMPACTOS.....	49
<b>4 CAPÍTULO III: ANCHIETA, SAMARCO E RESPONSABILIDADE SOCIAL .....</b>	<b>62</b>
4.1 PRINCÍPIOS DA ATUAÇÃO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL .....	62
4.2 PROJETOS SOCIAIS DA SAMARCO MINERAÇÃO.....	65
4.3 ASPECTOS CONCEITUAIS DOS PROJETOS DA SAMARCO: MINERAÇÃO.....	74
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>85</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>89</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo central traçar um perfil das alterações sócio-econômicas ocorridas no município de Anchieta, no Estado do Espírito Santo com a chegada da Samarco Mineração S.A, uma multinacional de grande porte.

Para tanto, o mesmo foi dividido em três capítulos distribuídos da seguinte forma: no primeiro capítulo busca-se retratar a estrutura da economia capixaba a partir do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) desenvolvido pelo governo militar da época, que veio alterar substancialmente a base econômica estadual, passando esta de uma economia basicamente agrícola-exportadora da produção de café para uma atividade industrial que ganhou força gradativamente.

A fim de se obter dados referentes ao tema, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre a história da economia capixaba, bem como institutos de pesquisa como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IPES (Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves)<sup>1</sup>, além de outros órgãos do estado como as secretarias de estado da fazenda, de governo e da agricultura, isto na primeira parte deste capítulo.

Na segunda parte do mesmo, tentou-se verificar a economia da cidade de Anchieta durante a década de 1970, analisada sob dois aspectos diferentes, um abrangendo a primeira metade da década, chamado aqui de período pré-Samarco e outro destacando a segunda metade da referida década, período este onde já haviam sido iniciadas as obras de construção da indústria.

---

<sup>1</sup> Órgão vinculado à Secretaria Estadual de Planejamento no Espírito Santo.

Foram levantados ainda dados referentes à população, estrutura econômica e social, além da formação histórica local.

Tais informações foram obtidas a partir de pesquisas bibliográficas que tratam da história do município, recenseamentos gerais referentes à década (IBGE), além de prestação de contas do município e documentos das secretarias estaduais da fazenda, departamento de IPTU da prefeitura local e da área de comunicação social da Samarco Mineração.

Por último, narra-se a história de formação da Samarco Mineração S.A, a origem do projeto de construção da empresa, seus investidores, recursos, empresas envolvidas, além da produção do minério de ferro a partir do itabirito e da construção do mineroduto ligando as cidades de Mariana (MG) a Anchieta (ES).

Para tanto foram pesquisados além do site da empresa, órgãos como o IPES, secretaria estadual da fazenda, prefeitura de Anchieta e livros sobre o município que abordam o assunto.

No segundo capítulo analisamos a cidade de Anchieta durante a década e 1990. Vale a pena destacar que após a instalação da Samarco Mineração na cidade, houve um período de isenção de impostos para a empresa de 10 anos, além de uma diminuição na dinâmica da estrutura econômica local devido aos problemas da economia nacional como a hiperinflação durante a década de 1980 tornando esta década altamente comprometida.

Por isso passamos para a década de 1990, período este em que a Samarco iniciaria o pagamento de impostos mais pesados e retomaria novos investimentos no setor produtivo.

As características econômicas de Anchieta sofreriam importantes modificações uma vez que o aumento da arrecadação de impostos, em especial do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), atrelado a uma maior autonomia municipal a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, representaria um fortalecimento nas ações do poder local.

Concomitantemente a isso, a Samarco Mineração em meados da década de 1990, iniciaria seu projeto de expansão industrial com a construção da segunda usina de pelotização com o objetivo de aumentar sua produção de pelotas de minério de ferro<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A empresa produzia com a primeira planta industrial 5 milhões de toneladas/ano, com a segunda usina, previa-se chegar a 12 milhões de toneladas/ano.

Tal fator representou novos impactos na sócio-economia local desde picos de aumento populacional até o aumento gradativo mas consistente da receita local.

Para a obtenção desses dados foram pesquisados o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da segunda usina, secretarias municipais de fazenda e da saúde, recenseamento geral do IBGE (1991 e 2000), além da revista Finanças dos Municípios Capixabas, bem como visitas a comunidades e informações de associações comunitárias e de moradores de comunidades e bairros na área de influência direta do investimento.

Na última parte deste capítulo faz-se uma abordagem sobre os novos impactos na sócio-economia local com o projeto de construção da segunda usina, com destaque para o aumento da arrecadação municipal como no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS-QN).

O terceiro e último capítulo aborda a Responsabilidade Social da empresa junto à sociedade local, passando por um estudo dos projetos sócio-ambientais da Samarco Mineração, como forma de cumprir seu papel de “empresa socialmente responsável”, conforme informação do Sr. Fausto Lara, Consultor de Meio Ambiente e funcionário da mesma.

Para entendermos melhor o alcance destes projetos sócio-ambientais da Samarco Mineração, acreditamos ser importante nos embasarmos a respeito do conceito de Responsabilidade Social tão debatido no país nos últimos anos.

Existem inúmeras idéias que defendem a reorientação do papel das empresas na sociedade onde ela está inserida. Percebe-se também uma mudança no comportamento da sociedade ante as empresas, das próprias empresas perante a sociedade, bem como do setor público em relação às mesmas.

Esta tendência empresarial de participar mais ativamente na busca por soluções de problemas sociais fica mais nítida quando se identifica seu maior comprometimento com estas questões através de projetos e programas junto a comunidades de seu entorno em especial.

Por outro lado é cada vez mais evidente a preocupação e o envolvimento da sociedade civil com tais problemas, uma vez que muito se tem discutido também sobre as limitações do poder público em resolver tais assuntos.

Essa maior atuação social das empresas vem a caracterizar o que se convencionou chamar de *Responsabilidade Social*, ou seja, planos de ação das

empresas junto à comunidade na busca por soluções, mesmo que temporárias, para problemas que são encarados como relevantes.

Abordar o tema torna-se bastante complexo visto sua amplitude e alcance, no entanto, se faz necessário partindo do princípio de que a *Responsabilidade Social* merece atenção especial já que “nasce” pautada em conceitos de ética e cidadania.

Partindo do pressuposto de que as empresas hoje discutem sobre sua função social, vale a pena questionar sob que argumentos as empresas se vêem na obrigação de agir de forma socialmente responsável.

Sobre o assunto, é importante destacar três aspectos: primeiro que a idéia de *Responsabilidade Social* não é algo novo, segundo que não há um conceito único que a defina de forma simples e direta, mas que se trata de um conceito em formação, por último, que a idéia de Responsabilidade Social está baseada em diversos fundamentos diferentes, o que pode originar visões conceituais diferenciadas.

“a expressão responsabilidade social suscita uma série de interpretações. Para alguns, representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros é um dever fiduciário, que impõe às empresas padrões mais altos de comportamento que os do cidadão médio. Há os que a traduzem[...], como prática social, papel social e função social. Outros a vêem associada ao comportamento eticamente responsável ou a uma contribuição caridosa. Há ainda os que acham que seu significado transmitido é ser responsável por ou socialmente consciente e os que a associam a um simples sinônimo de legitimidade ou a um antônimo de irresponsável ou não responsável.” (ASHLEY, 2004, p.5).

Com base neste argumento de que o tema não é novo, podemos destacar alguns autores que já abordavam o assunto, caso de Bowen (1953), buscando definir o tema, caso também de Votaw (1975) e Jaramillo e Angel (1996 apud ASHLEY, 2004), mencionando ainda que existem as idéias contrárias ao conceito como de Friedman, Chamberlain e Manne<sup>3</sup>.

Para o Instituto Ethos, entidade voltada para a avaliação da *Responsabilidade Social* de empresas no país, com base no estudo publicado: *O que as Empresas*

---

<sup>3</sup> Estes autores foram citados no livro *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*, coordenado por Patricia Ashley, Editora Saraiva, São Paulo, 2004.

*Podem Fazer Pela Erradicação da Pobreza* de 2003, a necessidade de atuação social das mesmas vai além da filantropia:

“Para as empresas, adotar políticas corporativas voltadas para a transformação do quadro social é mais do que uma questão de filantropia ou boa vontade de seus dirigentes. É uma atitude de responsabilidade social empresarial, decorrente da necessidade ética de devolver para a sociedade parte dos benefícios que nela as empresas obtêm. Também é sinal de visão estratégica, porque contribuir para a sustentabilidade social significa investir no futuro da economia e das próprias empresas.” (INSTITUTO ETHOS, 2003).

Com base também nestes argumentos, buscou-se diversificar as formas de atuação da empresa em seu meio social.

“Sustentados por uma visão sistêmica das organizações, estes argumentos ressaltavam a profunda interação destas com o sistema social em que estavam inseridas, demonstrando a inevitabilidade de a empresa ter que assumir um papel consciente e ativo em suas relações com a sociedade abrangente. Desta reflexão surge o conceito de responsabilidade social empresarial ou corporativa, que é cunhado no âmbito da teoria das organizações como uma das funções organizacionais a serem administradas, no fluxo das relações e interações que se estabelecem entre os sistemas empresariais específicos e o sistema social mais amplo.” (FISHER, 2002, p. 75).

Assim, podemos partir do princípio de que as ações de empresas pautadas na *Responsabilidade Social* estão diretamente voltadas para a resolução de problemas sociais em sua área de influência direta e, em alguns casos, com projetos sociais maiores, atingindo comunidades de sua área de influência indireta.

Porém, se os problemas não são empresariais e sim sociais, por que o interesse das empresas em resolvê-los? É importante primeiramente entendermos o que são os chamados problemas sociais:

“Por problemas sociais está-se entendendo aqui problemas decorrentes da incapacidade de uma determinada sociedade de assegurar a todos os indivíduos que a conformam um padrão de existência mínimo, ou seja, de assegurar a esses indivíduos as condições necessárias para tanto. Por exemplo, a existência de grupos sociais com dificuldades de acesso à educação básica e oportunidades de trabalho. Por problemas relativos à

infra-estrutura urbana, condições precárias de áreas públicas e de prédios e instalações destinadas à prestação de serviços públicos; ineficiência da máquina administrativa na prestação desses serviços.” (PFIFFER, 2001, p. 26).

Vemos então que os problemas sociais por sua diversidade, comprometem a qualidade de vida da população, o que pode se mostrar prejudicial para as empresas uma vez que uma população com graves problemas sociais se traduz numa sociedade sem condições de adquirir seus produtos, podendo até colocar em risco sua segurança e de seus funcionários, tal fato pode induzi-las a buscar soluções para os referidos problemas, sendo isso uma forma de aproximar suas relações com a sociedade em geral.

Da mesma forma devemos identificar as diversas estratégias de atuação das empresas no direcionamento de suas ações de *Responsabilidade Social* junto a estas sociedades, principalmente pautada no conceito empresarial sobre o tema:

“Considerar os aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais e legais presentes nas relações com os *stakeholders*<sup>4</sup> da empresas é um passo necessário para posicionar a orientação estratégica quanto à responsabilidade social nos negócios. A imagem que se tem do conceito de empresa afetará a amplitude de visão e mudanças quanto à responsabilidade social nos negócios.” (ASHLEY, 2004, p. 39 e 40).

Dentro destas estratégias gostaríamos de destacar a atuação de empresas em parceria com o poder público, assunto abordado por Cláudia Pfiffer (2001), quando a autora aprofunda o tema buscando identificar quais seriam os interesses das empresas em resolverem problemas sociais e urbanos de cidades, no caso de seu trabalho, no Rio de Janeiro, mas que pode servir de parâmetro para outras cidades do país.

Pfiffer apresenta argumentos iniciais bastante contundentes sobre o papel das empresas no meio social, envolvendo as mesmas em soluções dos problemas sociais, muitas vezes causados por elas mesmas.

---

<sup>4</sup> Segundo Ashley (2004), *stakeholders* são todos os indivíduos, grupos, organizações e instituições que afetam a existência e operação da empresa ou são afetados por ela.

“No mundo contemporâneo, nenhuma instituição tornou-se tão presente quanto a empresa, seja por sua reconhecida capacidade de criar riqueza, gerar empregos e desenvolver tecnologia, recursos indispensáveis para a cura dos males sociais, seja por sua responsabilidade na produção de alguns desses males. A empresa, queira ou não, está e estará envolvida com os interesses e os problemas da sociedade, contribuindo, por meio de sua ação (ou inação), para solucioná-los ou agravá-los.” (PIQUET, prefácio de PFIFFER, 2001).

Partindo então deste princípio de associação direta entre empresa e problemas sociais, pode-se então identificar quais as melhores formas de atuação social das mesmas, principalmente quando as empresas buscam fortalecer suas ações através de parcerias com o poder público, a fim principalmente de melhorar sua imagem perante a sociedade de modo geral.

Para fins de delineamento do trabalho ora apresentado, estaremos nos pautando no que se refere à *Responsabilidade Social Empresarial*, partindo de duas frentes segundo Pfiffer: estratégia de marketing institucional e ações empresariais em parceria com a administração pública.

A partir deste ponto no terceiro capítulo, estaremos fazendo um estudo sobre os projetos sócio-ambientais da Samarco Mineração com base nestas duas frentes acima mencionadas.

Por fim, tentaremos traçar um perfil destes projetos, não se tratando de uma avaliação dos mesmos, mas sim de um aprofundamento de conhecimento sobre estes, confrontando-os com os conceitos aqui apresentados.

## 2 CAPÍTULO I: REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA CAPIXABA

### 2.1 O ESPÍRITO SANTO E O II PND

A economia capixaba esteve durante muito tempo atrelada a um modelo de exportação primária, baseada na comercialização de café que sustentou o status de principal produto local, servindo de fator preponderante na estruturação de sua vida econômica, bem como na formação política e social do estado.

A posição do Estado do Espírito Santo no cenário político e econômico nacional, sempre teve características de inferioridade em relação aos outros Estados da região Sudeste, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, que sempre se mantiveram à frente nestas questões, sem mencionar Minas Gerais que possuía grande peso na política nacional.

Temos então uma realidade no mínimo curiosa na estrutura econômica e no aspecto social do Espírito Santo: uma posição geográfica de proximidade com a região mais desenvolvida do País, mas, juntamente a isso, uma baixa dinâmica econômica que permitisse sua interação neste cenário de destaque:

“O Estado do Espírito Santo, embora situado na área geo-econômica considerada a mais desenvolvida do país (região sudeste), de cujo dinamismo tem dependido o crescimento da economia nacional, por suas próprias características sócioeconômicas, não acompanhou esse dinamismo regional, mantendo sua tendência de região subdesenvolvida” (SIQUEIRA, 2001, p.36).

Diversos fatores foram preponderantes para o isolamento do estado em relação aos outros estados da região, indo desde a idéia da utilidade do Espírito Santo como barreira natural para a proteção das riquezas de Minas Gerais, passando pelo seu baixo poder de articulação política junto ao Governo Central, além da falta de infra-estrutura para viabilizar seu crescimento.

Há ainda o fato de que esta economia pautada na monocultura cafeeira limitava em demasia a capacidade de investimentos no setor industrial, o que contribuiu para esta situação de atraso econômico, uma vez que o desenvolvimento econômico de qualquer estado estava diretamente relacionado ao incremento da atividade industrial, ou seja, industrialização era sinal de desenvolvimento, e isso não ocorrera no Espírito Santo.

Além disso, desde o início da década de 1960, o estado apresentava uma renda *per capita* acima da renda dos estados nordestinos, o que acabou por excluí-lo de programas do Governo Federal, conforme retrata o ex-governador do Espírito Santo Christiano Dias Lopes:

“[...] O processo se agravou mais ainda quando o Governo Federal definiu as regiões subdesenvolvidas do país para efeito da implantação da política de incentivos fiscais buscando apenas superar os desequilíbrios regionais do crescimento econômico do Brasil. Por volta de 1960, segundo a Fundação Getúlio Vargas, foi encontrada para o Espírito Santo uma renda *per capita* de 17,300 cruzeiros velhos, enquanto, no mesmo ano, a cifra média para o nordeste foi de 13.500 cruzeiros velhos. Deve ter tido influência para que o limite do subdesenvolvimento regional do país fosse traçado justamente por onde passa a linha divisória entre o Espírito Santo e a Bahia. E o nosso estado ficou sem a SUDENE. Assim, apenas por que nossa renda *per capita* superou a do Nordeste, fomos considerados desenvolvidos em um país cuja renda média superava a nossa em mais de 35% e fomos incluídos em uma região geo-econômica cuja renda era três vezes superior a nossa.” (trecho de mensagem do ex-governador do Espírito Santo, Christiano Dias Lopes – Um Estado em Marcha para o Desenvolvimento. Vitória: Imprensa Oficial, 1966, v. 2, p. 20-21) (SIQUEIRA, 2001, p. 37).

É importante destacar que devido a esta postura do Governo Federal, o Espírito Santo situava-se em uma posição de divisor de águas, sendo que por sua posição geográfica, acabava por “separar” a prosperidade das regiões Sul e Sudeste e a pobreza do Nordeste, o que em nada contribuía para mudar tal situação.

Para entendermos melhor a estrutura econômica do Estado na época, é preciso contextualizar a realidade do País. Sendo que na primeira metade do século

passado a economia nacional viabilizava seu crescimento através do aumento da produção agrícola.

O modelo de crescimento econômico brasileiro apoiava-se na exportação de produtos primários com destaque nas exportações do setor cafeeiro e na importação de bens de consumo industriais.

A partir dos anos 1930, é que começa a ocorrer uma mudança estrutural da economia brasileira, uma vez que o País busca diversificar seu desenvolvimento investindo no setor industrial, sendo tal fato decisivo para traçar o modelo de crescimento econômico a ser seguido.

Vários fatores contribuíram para isso, principalmente o *crash* da bolsa de valores de Nova York em 1929 e, automaticamente, a crise vivida em consequência disso pelos países capitalistas, o que viria comprometer consideravelmente a principal forma de relação do Brasil com o mercado externo, a venda de café. Isso, sem mencionar a Revolução de 1930, resultado inclusive deste cenário, que veio atuar decisivamente na reestruturação política e econômica do País.

Assim, há a necessidade de se alterar toda estrutura político-administrativa e sócio-econômica, desencadeando ações que determinassem que a produção brasileira devesse ser diversificada, não atendendo única e exclusivamente o comércio exterior, mas, dinamizando as transações comerciais no interior do País.

Tais mudanças se tornaram necessárias sendo que, com a crise de 1929, ficou evidente a fragilidade da economia brasileira, bem como sua dependência dos produtos agrícolas de exportação, o que caracterizava a urgência de se implantar uma política nacional voltada para a industrialização como norteamento de seu desenvolvimento.

“A depressão pôs em relevo a dependência do Brasil dos seus produtos agrícolas de exportação, e demonstrou que a saída deste modelo seria a passagem de seu estágio de economia agrícola exportadora para o de nação industrializada. E o fator acelerador mais importante em nossa economia, durante a depressão, foi, sem dúvida, o setor industrial que passou a condição *sine qua non* para o desenvolvimento nacional.” (SIQUEIRA, 1994, p.26).

Ou seja, o que se percebe é que a economia brasileira começava a passar por um período de transição, onde a política nacional buscava de forma mais ampla e contundente alternativas para atingir este objetivo.

Nota-se que nas décadas seguintes esta tendência se confirma, como por exemplo, no início da década de 1940, a política de industrialização do País já se fazia mais nítida, uma vez que era percebida uma mudança na economia onde se buscava o fortalecimento do mercado interno e, automaticamente uma menor dependência do mercado externo tendo à frente a industrialização.<sup>5</sup>

Na realidade, apesar da enorme importância da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN para o País, principalmente porque sua produção serviria de matéria-prima para as indústrias de base, imprescindíveis para o desenvolvimento econômico proposto pelo Governo Federal, tal projeto encontrava-se ainda em fase inicial.

No entanto, na década de 1950 seria notada uma melhor estruturação da base produtiva brasileira, não só na área da siderurgia.

“A entrada do país na produção de insumos básicos nas décadas de 40 e 50 significou, na verdade, o início da implantação em território nacional da grande siderurgia e da produção cimenteira em larga escala, o que veio a representar um passo decisivo do país em seu ingresso na categoria de nação industrializada, já que a siderurgia se relacionava à solução dos problemas de transporte interno (ferroviário) e ao desenvolvimento dos demais setores industriais”<sup>6</sup> (PIQUET, 1998, p.25).

A partir da década de 1960 temos também como fatores importantes para identificarmos a realidade da economia nacional dois fenômenos: o aumento gradativo do capital estrangeiro no País, além de uma urbanização acelerada, resultado desse processo de industrialização.

Houve no início desta década uma situação ambígua, ao mesmo tempo em que o Estado deveria definir a política econômica do País, ficou também responsável

---

<sup>5</sup> Como exemplo do fortalecimento do setor industrial brasileiro é que no mesmo período da 2ª Guerra Mundial, foi criada em Volta Redonda a Companhia Siderúrgica Nacional, sendo a primeira usina integrada de aço da América Latina, iniciando sua produção no pós-guerra (SIQUEIRA, 1994, p. 27)

<sup>6</sup> Como exemplo de empresas criadas neste período além da CSN, podemos citar também a Companhia Vale do Rio Doce em Itabira (1942) e a Companhia de Cimento Paraíso no distrito de Italva, Estado do Rio de Janeiro (1955) (PIQUET, 1998).

por sua viabilização, principalmente no que se refere à infra-estrutura, o que exigia uma enorme mobilização de capital.

Ocorre que a economia brasileira da época passa por um processo de recessão como resultado do "esgotamento das possibilidades do modelo econômico baseado na expansão da indústria de bens duráveis" (SIQUEIRA, 2001).

Tal situação de crise duraria até o ano de 1964, mais precisamente até o mês de março, quando os militares assumem o poder e iniciam um processo de redefinição do desenvolvimento da economia nacional, implementando uma ideologia nacionalista para tal fim.

Percebe-se então uma reordenação de toda a estrutura produtiva, onde o Governo passa a ser um dos maiores financiadores, juntamente com o capital externo privado, bem como do capital nacional, o que proporcionou uma redefinição do papel do Estado neste contexto.

O golpe militar de 1964 representou muito mais do que uma simples chegada de generais ao Governo Federal; tratou de ser também um período onde se tentaria colocar em prática políticas econômicas que alavancassem o desenvolvimento econômico via industrialização do País.

Já em 1964 elaborou-se o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG – 1964-1966), depois vieram o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED – 1968-1970) e posteriormente o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo (1970-1972), em seguida o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972-1974) e por último o II PND (1975-1979).

Tais planos e programas do Governo Federal, em especial o I e o II PND, tinham o objetivo não só de alterar profundamente o eixo da economia brasileira dos chamados "bens de consumo duráveis" para os setores que representam o estágio final da industrialização, como também para a substituição de importações; "bens intermediários de produção e bens de capital" (BECKER, EGLER, 1992).

No caso do I PND, podemos dizer que ele foi um marco no processo de transição da economia do Espírito Santo, uma vez que o mesmo possibilitaria a inserção do Estado na nova estrutura econômica nacional, principalmente através das atividades de exportação de minério de ferro e de produtos siderúrgicos, a princípio, via complexo portuário de Vitória.

Com o intuito de manter os níveis de crescimento econômico do País, dos últimos anos, foram criados os chamados "corredores de transporte", também

chamados “corredores de exportação”,<sup>7</sup> o que iria resultar na elaboração de projetos que proporcionassem a modernização e a especialização da atividade portuária no Estado.

Já o II PND tinha como uma de suas principais metas a integração nacional, tida como fator primordial para o sucesso do mesmo. Buscava-se uma descentralização dos grandes investimentos fora do eixo Rio-São Paulo, e conseqüentemente o “deslocamento das fronteiras agrícola e mineral” (DINIZ, 2002, p. 90).

A política nacional passou então a ter como objetivo não só a intensificação do crescimento econômico com a instalação de indústrias de grande porte, como também a integração do território nacional através da descentralização industrial, sugerindo novas rotas de investimento fora de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Diniz aponta diversas razões para este processo:

“As principais razões para este processo de desconcentração podem assim ser sintetizadas: a) deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões; b) ação do Estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção de infra-estrutura;...” (DINIZ, 1991 e 1993).

Ou seja, havia ainda a necessidade de integração do território nacional que exigia remover obstáculos que pudessem obstruir a expansão capitalista no País e para tanto seria necessária uma maior comunicação entre as novas áreas em expansão. Portanto, todos os tipos de rede deveriam ser expandidos, a rede viária, a urbana, a de telecomunicações, a de informação, a institucional e a bancária. Não se tratava exclusivamente de industrializar o País, mas de fazê-lo sobre uma “malha programada”. (BECKER, EGLER, 1992, p.145).

É importante destacar também que toda esta nova dinâmica da economia nacional, principalmente a partir do II PND, dava-se num momento em que a economia mundial entrava em crise, resultado do choque do petróleo de 1973.

---

<sup>7</sup> Segundo SIQUEIRA, 1994, p.65, como os “corredores de transporte” eram voltados para o transporte de bens intermediários para a exportação, poderiam ser chamados também de “corredores de exportação”.

É neste contexto que o Espírito Santo começa, juntamente com outros Estados, a fazer parte deste amplo projeto de incremento do desenvolvimento brasileiro através da indústria, planejado e iniciado pelo Governo Federal.

O Espírito Santo durante a década de 1960 possuía um grau de industrialização bastante baixo, principalmente porque este setor da economia capixaba estava especialmente ligado à atividade de transformação de produtos primários, o que relegava o estado a uma condição de pouquíssima influência no setor, além de outros fatores.<sup>8</sup>

Pode-se perceber ainda neste período uma forte tendência de transformação na sócio-economia estadual, impulsionada pela crise do café, causada pela queda no preço do produto, bem como pelos programas do Governo Federal de erradicação do café.

“Na verdade, todo o Estado do Espírito Santo sofrera profundas mudanças na década de 60 como conseqüência do programa de erradicação do café do Governo Federal. A baixa qualidade do café produzido em suas lavouras ocasionara entre julho de 1962 e maio de 1967, a erradicação de 70% de seus cafezais...” (PIQUET, 1998, p. 114).

No entanto, somente a partir de 1968, quando se tornam bem mais evidentes os resultados do programa de erradicação do café, é que o Espírito Santo passa a fazer parte do novo modelo de desenvolvimento brasileiro, principalmente por que o Governo Estadual decide assumir o papel de agente condutor da industrialização, através do fornecimento de capital básico para isso, bem como de uma melhor integração Espírito Santo/Brasil.

“Traçando suas ações a partir de diretrizes do Governo Federal, o Governo Estadual consegue apoio para a montagem da infra-estrutura necessária, e viabiliza o processo de mobilização de poupanças nacionais estrangeiras. Assim, o Espírito Santo, que havia permanecido marginalizado no período de “substituição de importações”, mantendo-se numa economia agrário-exportadora, em decorrência de sua própria incapacidade de acumulação, começou a ser lançado na era industrial...” (SIQUEIRA, 2001, p.45).

---

<sup>8</sup> A falta de expressão do crescimento industrial não só por sua estrutura econômica, mas também pela precariedade das ligações viárias com outras regiões geo-econômicas do País, pela insuficiência da oferta de energia elétrica e pela limitação do seu mercado consumidor seriam alguns desses fatores (SIQUEIRA, 2001, p. 38).

Com toda esta nova política implantada nacionalmente e a erradicação de cafezais, houve uma profunda mudança na estrutura da economia estadual, uma vez que as ações do Governo Federal juntamente com o processo de desenvolvimento do capitalismo no País durante a década de 1970, incluíram por fim o Espírito Santo neste processo, destinando recursos para que a economia do Estado pudesse se tornar mais dinâmica.

Ocorre que toda esta reestruturação econômica estadual direcionaria a produção industrial capixaba no sentido de atender ao mercado externo através da fabricação de bens intermediários, principalmente nos setores de metalurgia e celulose.

Estas mudanças no perfil da economia capixaba, segundo alguns autores, não conseguiriam ainda romper com a barreira da dependência do mercado externo bem como da condição periférica do Estado:

“E, como os investimentos foram principalmente multinacionais, nem os grupos privados nacionais nem o próprio Governo Federal foram fortalecidos numa proporção equivalente, com os empreendimentos investidos, o que confirma o argumento da permanência do caráter periférico da economia estadual, agora com novo perfil.” (SIQUEIRA, 2001, p. 47).

Ainda segundo Siqueira, os lucros destas empresas que se instalaram no Estado não seriam reinvestidos localmente, além de que diversas isenções fiscais concedidas a estes grupos, impediriam uma melhora na arrecadação estadual e municipal a princípio.

Vale a pena destacar que, até 1975, a expansão industrial no Espírito Santo, teve à frente pequenos capitais locais, sendo favorecida por incentivos fiscais, com o apoio do Governo Federal, principalmente, no que se refere às áreas de transporte, abastecimento de energia e no setor de comunicação.

“Uma das metas da nova política estadual foi a criação de condições de industrialização via suprimento de energia elétrica. O governo investiu na implantação da capacidade energética, através da federalização da ESCELSA (Espírito Santo Centrais Elétrica S/A), colocando o Espírito Santo entre os dez maiores consumidores de energia do país, na implantação de

sua capacidade geradora, com a construção da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas.”

(Governo do Espírito Santo, As Etapas do Processo de Desenvolvimento do Espírito Santo: 1975, p. 45, in SIQUEIRA, 2001)

Pode-se notar então uma ação conjunta tanto do Governo Federal quanto do Governo Estadual, levando o Espírito Santo a uma modernização de toda sua infraestrutura administrativa, promovendo financiamentos, além de incentivos fiscais o que possibilitou a instalação de vários projetos industriais de grande porte no Estado.

Na realidade o Espírito Santo buscava uma reorganização institucional a fim de compensar sua pouca expressão política em relação a outras unidades da Federação, ou seja, o Governo Estadual agia em duas frentes: viabilizando mecanismos na esfera nacional que possibilitassem a inserção do Estado na economia nacional e, tomava providências internas de preparação para a nova fase da economia capixaba.

Outro fator que contribuiu para a atração e efetivação dos grandes projetos de impacto no Estado foi a intensificação da exportação de minério de ferro e de produtos siderúrgicos via complexo portuário de Vitória/Tubarão, o que viabilizou novos investimentos, principalmente em infra-estrutura.

“O crescimento dessas atividades havia estimulado a construção da moderna infra-estrutura em torno da Grande Vitória (modernização portuária, telecomunicação), o que, aliado aos investimentos federais na área de transporte (duplicação da ferrovia Vitória a Minas, construção da BR 262 e BR 101), estava não só permitindo ao Estado fazer valer suas excelentes condições geográficas, sobretudo para os que se voltavam para o mercado externo, mas também ampliando o sistema portuário.” (SIQUEIRA, 1994, p. 61).

Percebe-se então um redirecionamento da política econômica capixaba, com destaque para a ação de incentivo ao desenvolvimento com prioridade para o setor industrial, buscando não só novos caminhos para a atividade econômica, como também intensificando as potencialidades existentes.

Com toda esta reorganização da atividade produtiva do Estado, vemos também uma profunda modificação na utilização de seu espaço territorial, sendo que o Espírito Santo estava deixando de ser apenas um “corredor” para exportações,

tendo agora também a função de produzir manufaturados para que ele mesmo exportasse.

Obviamente essas mudanças se fariam sentir, primeiramente, na composição da renda interna do Estado, no crescimento da urbanização da Grande Vitória, além de efetivar a importância das exportações do Espírito Santo no quadro do comércio exterior do País, com base no novo padrão de produção industrial, onde os produtos já não se restringiam aos recursos naturais locais, exceto a celulose, mas sim à transformação desses produtos, caso da pelotização e da siderurgia.

Assim, temos também o início de uma nova realidade produtiva no Estado do Espírito Santo, sendo que não só os grandes investimentos industriais estariam obtendo destaque, mas conjuntamente o ramo da prestação de serviços.

“Esse novo perfil produtivo vai viabilizar investimentos em outros seguimentos que se reforçam no setor de prestação de serviços aos grandes projetos industriais, ou que utilizavam subprodutos deles oriundos.” (SIQUEIRA, 1994, p. 88).

O Espírito Santo então teria toda sua estrutura sócio-econômica profundamente alterada com a implantação do II PND que, como já mencionado, buscava não só dinamizar consideravelmente a economia brasileira através da industrialização acelerada, como também a integração do território nacional via desconcentração desta atividade.

A partir daí, o Espírito Santo, foi também incluído na rota de crescimento econômico incentivado pelo Governo Federal, e o estado então foi alvo de investimentos de grande porte, dentre os quais podemos destacar a construção da Aracruz Celulose no norte, a instalação da Samarco Mineração no sul e a Companhia Siderúrgica de Tubarão na Grande Vitória.

Em se tratando destes 3 grandes investimentos industriais, a nova fase da economia capixaba contou também com a ampliação da capacidade de escoamento da produção não só do estado, através da construção de portos, o que permitiria ao Espírito Santo possuir um dos maiores complexos portuários do País.

A Aracruz Celulose instalou-se na cidade que deu nome à empresa e iniciou sua produção no ano de 1978, no entanto sua formação teve início ainda no final de década de 1960:

“A Aracruz Celulose S. A., hoje a maior empresa brasileira produtora e exportadora de celulose branqueada de eucalipto, iniciou suas atividades em 1967, com a criação da Aracruz Florestal S.A.”. (Arflo) e a aquisição de vastas extensões de terras no litoral norte do Estado do Espírito Santo. O projeto industrial, cujos estudos de viabilidade técnica e econômica são concluídos em 1972, começa efetivamente a ser implantado em 1975 dando origem à Aracruz Celulose S.A. (Arcel).” (PIQUET, 1998, p. 113).

Os investimentos da empresa atingiram cerca de U\$ 1,5 bilhão, sendo que estavam acoplados à indústria, às florestas de eucalipto e à infra-estrutura portuária, tendo a mesma uma capacidade de produção de 400.000 toneladas anuais, o que a transforma na maior empresa do ramo no País, com perspectivas de ampliação da capacidade de produção através de investimentos na planta produtiva da mesma.<sup>9</sup>

Naturalmente que um investimento de tal porte não poderia causar poucos impactos na estrutura sócio-econômica de Aracruz, uma vez que se tratava de um Município pobre da região norte do Estado, tendo sua base econômica na produção agrícola e na exploração de madeira.

Vale ainda ressaltar que a agricultura local era baseada nas lavouras de café que a partir do ano de 1962, como já citado, passavam por um programa do Governo Federal de erradicação do café, devido à queda da qualidade do produto, deixando 60.000 pessoas sem emprego na área rural (PIQUET, 1998).

Dentro deste contexto surge a Aracruz Celulose, uma empresa planejada para ser competitiva a nível mundial, o que sem dúvida traria diversas conseqüências para a sociedade local, bem como para a economia municipal e estadual.

Primeiramente, devido à relação das empresas que formam a Aracruz Celulose (Arcel e Arflo), sendo que por se tratarem de empresas com funções diferenciadas, deveriam contratar também mão de obra diferenciada.

A Arflo cuidaria das terras e da implantação e manutenção de suas florestas bem como de seus reflorestamentos, que empresas desse ramo são obrigadas a

---

<sup>9</sup> Inicialmente o porto teria característica de terminal privativo, no entanto, por sugestão do BNDE, mudou-se o conceito para o de porto de múltipla utilização, o que acarretou em uma sociedade entre Aracruz Celulose, CVRD e Petrobrás para a execução das obras e serviços das instalações portuárias especializadas, com suporte financeiro do BNDE, dando origem à Portocel.

fazer, sendo que “atividades florestais podem ser desempenhadas por uma força de trabalho de baixa qualificação, com oferta ilimitada” (PIQUET, 1998, p. 116).

Por outro lado, a Arcel teria como função a industrialização da matéria prima retirada das referidas florestas, o que exigiria, indiscutivelmente, mão de obra especializada e tecnicamente qualificada, o que diferenciava em muito os trabalhadores das duas atividades da empresa.

Há ainda o fato de que a base florestal da Aracruz Celulose em 1978 era de 200.000 hectares, e abrangia todo o norte do Espírito Santo indo até o sul da Bahia (PIQUET, 1998), sem mencionar que sua localização no norte do Estado seria ainda mais impactante nos aspectos sócio-econômicos, por ser aquela região possuidora dos piores indicadores econômicos e sociais estaduais.

Ocorre que a alteração econômica local de uma produção agrícola de subsistência para um perfil produtivo industrial do ramo da celulose, provocaria também uma mudança na estrutura urbana através de um fluxo migratório do campo para a cidade, especialmente a sede que anteriormente à implantação da usina, contava com 5.550 habitantes, e somente as empresas contratadas para a construção do projeto necessitariam de cerca de 15.000 trabalhadores (PIQUET, 1998), o que serviria de fator de atração.

Esta nova realidade provocou um crescimento urbano na se e em comunidade próximas como Barra do Riacho<sup>10</sup>, porém, juntamente com os impactos negativos desse processo, chegaram também algumas melhorias de infra-estrutura como energia elétrica e sistema de telefonia DDD e DDI.

Diferentemente da Aracruz Celulose, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), instalou-se na Região Metropolitana de Vitória, no Município da Serra.

O fato de sua instalação não ocorrer em um Município do interior do Estado, não deixou de trazer impactos para a população e para as economias locais, afinal, o valor de U\$ 3,18 bilhões investidos, gerou milhares de empregos diretos e indiretos, tornando a região um centro de migração no Espírito Santo, ocasionando problemas principalmente pela rápida expansão populacional.

“O desenvolvimento industrial acelerado que estava ocorrendo na região de Vitória, expandiu-se intensamente no município da Serra e estimulou o fluxo

---

<sup>10</sup> Comunidade onde está instalado o porto da Aracruz Celulose.

migratório para aquele município, uma vez que era esperada uma grande oferta de emprego. Acontece, que esse processo desenvolveu-se acompanhado da baixa qualidade de vida da população e de grandes problemas urbanos, uma vez que a Serra não possuía infra-estrutura para suportar a expansão que estava acontecendo.” (SIQUEIRA, 2001, p.109).

A empresa, uma estatal produtora de chapas de aço, teve seu capital integralizado por 63% de capitais japoneses, 31% de capitais italianos e somente 2% de capitais brasileiros (ZANOTELLI, 2000).

O início das obras de construção da Companhia foi no ano de 1978, sendo concluída em 1983. Estima-se que 25.000 operários trabalharam em seu canteiro de obras, com a maior parte desta força de trabalho sendo constituída por migrantes tanto do interior do Espírito Santo quanto por trabalhadores de outros Estados.

**TABELA 1 – Crescimento da população total do Município de Serra/ES**

1960	1970	1980
9.729 hab.	17.377 hab.	82.568 hab.

Fonte: Censos Demográficos do Espírito Santo - 1940 a 1980 – FIBGE

Ainda a título de informação, no ano de 1960 37,8% da população da Serra vivia em áreas urbanas, já no ano de 1970 esse número saltaria para 46,6%,<sup>11</sup> sendo que desta população 31,4% era composta por migrantes (TABELA 1).<sup>12</sup>

Com isso, toda Região Metropolitana de Vitória foi impactada com a chegada da empresa. Para se ter uma idéia, o Município teve sua população aumentada em 3,3 vezes em 16 anos, saltando de pouco mais de 82 mil habitantes em 1980 para mais de 270 mil em 1996 (IBGE, 2000).

A empresa foi privatizada em 1992, seguindo a onda de privatizações iniciada no Governo Collor, e todo o capital estatal (89%) foi vendido pelo ínfimo valor de US\$ 174 milhões, gerando novos impactos na região com a mudança da dinâmica empresarial, voltada agora para atender as exigências da economia globalizada

<sup>11</sup> Fonte: Fundação Jones dos Santos Neves. *Estrutura Demográfica do Espírito Santo – 1940/2000*. Vitória – FJSN.

<sup>12</sup> Fonte: Censo Demográfico de 1970 – FIBGE.

como corte de vagas na indústria, gerando desemprego, aumento da produtividade com investimento em novas tecnologias, entre outras.

Anchieta, no litoral sul foi outro município capixaba alvo dos grandes investimentos impulsionados pelo Governo Federal, passando a contar com parte das atividades da Samarco Mineração S.A., uma multinacional do ramo da mineração que trabalha com extração, pelotização e exportação do minério de ferro.

É uma indústria que compreende duas unidades: uma de extração e tratamento de minério de ferro localizada em Mariana, Minas Gerais, e outra instalada em Anchieta, onde se dá todo o processo de industrialização do minério, estocagem, embarque e exportação do produto, que estaremos tratando nos capítulos seguintes.

## 2.2 A SÓCIO-ECONOMIA DE ANCHIETA NA DÉCADA DE 1970

A cidade de Anchieta, localizada a cerca de 80 quilômetros ao sul da capital do Estado, Vitória (mapa 01), possui uma rica história ligada à chegada dos portugueses ao Brasil, sendo uma das mais antigas cidades do Brasil.<sup>13</sup>

Sua fundação deve-se ao Padre José de Anchieta, um missionário da Companhia de Jesus, nascido no arquipélago das Ilhas Canárias, pertencente à Espanha. O Padre José de Anchieta chegou ao Brasil no ano de 1563, na cidade de Salvador, e chegou à aldeia de Reritiba entre os anos de 1565 e 1569, onde posteriormente seria fundada a cidade de Anchieta que tem este nome em homenagem a seu fundador.

A cidade nestes mais de 400 anos de história, sempre possuiu uma característica de cidade interiorana, apesar de ter sido responsável por importantes acontecimentos não só na história religiosa do estado e do país, mas também na economia estadual e regional, bem como no povoamento de várias regiões do interior capixaba.

---

<sup>13</sup> Não há um consenso sobre o ano de fundação da aldeia de Reritiba, atual Anchieta, existem três anos que são apontados como os de fundação da aldeia, sendo estes 1565, 1567 e 1569. Tomando como base o último ano citado, a cidade teria hoje 436 anos de história. Porém, com relação ao dia e mês de fundação da mesma não há divergências, pois o dia 15 de agosto é dedicado a Nossa Senhora da Assunção, santa de devoção do fundador.

É importante destacar que na sede do Município desemboca o rio Benevente, o que influenciaria em muito a economia local, pois a partir do século XIX, o rio Benevente serviria de acesso para colonos imigrantes até o interior do Estado.

“Pelas águas do Benevente, muitos colonos imigrantes, foram viver no interior do Espírito Santo. Como naquela época as estradas eram poucas, os rios serviam de caminhos naturais para viagens entre diferentes lugares. O rio Benevente foi um dos cursos mais utilizados para se alcançarem as terras do oeste do Espírito Santo.” (NEVES et. al., 1995, p. 32).

Isto era possível, pois na foz do rio Benevente havia um porto que não servia somente de porta de entrada para o interior do Estado, mas foi utilizado também como ancoradouro para diversas embarcações desde o Brasil Colônia com a vinda dos Padres Jesuítas, servindo ainda como caminho de saída para o escoamento de produtos da região e canal de recebimento de mercadorias não produzidas na cidade.

“Quando a produção de café cresceu no interior do Espírito Santo, na zona montanhosa dos atuais municípios de Iconha e Alfredo Chaves cultivado pelos colonos italianos, era pelo porto de Anchieta que se fazia exportação do café. Pelo porto também chegavam as mercadorias que se destinavam à zona onde o café era produzido.” (NEVES et. al., 1995, p.34).

O porto de Anchieta viria a perder importância gradativamente após a entrada em funcionamento da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que posteriormente viria a ser a Estrada de Ferro Leopoldina, ligando Vitória ao Rio de Janeiro, passando a ser a principal forma de transporte do café produzido na região.

Tal fato prejudicou notadamente a estrutura comercial da cidade, diminuindo consideravelmente suas atividades comerciais, afetando o movimento de seu porto e conseqüentemente, freando seu desenvolvimento.

Esta situação de estagnação econômica no município, bem como as pouquíssimas alterações sociais sofridas pela cidade, perdurou por aproximadamente 40 anos.

No entanto, a economia local sofreria um grande impacto a partir da metade da década de 1970. Na realidade, Anchieta passaria a figurar entre os municípios

brasileiros alvos de investimentos industriais de grande porte, trazendo uma nova realidade para a cidade, dando à mesma contornos até então inesperados.

Anchieta receberia investimentos da ordem de U\$ 600 milhões, servindo de base para a instalação de uma mineradora multinacional, a Samarco Mineração S.A., levando o Município a se interligar com municípios e vários estados, como também com outros países, alterando definitivamente a realidade econômica e a estrutura social local.

A cidade no ano de 1970 possuía uma população de 11.361 habitantes, sendo que destes, 2.023 moravam na sede do município<sup>14</sup>, distribuídos em 7 bairros: Porto de Cima, nas imediações do antigo porto; Centro, onde funcionava e funciona o Fórum; João XXIII, indo desde as proximidades da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção<sup>15</sup>, abrangendo a região próxima ao cemitério local e a nascente do Coimbra; Dom Helvécio perto do antigo Quitiba Clube; além dos bairros São Pedro, Alvorada<sup>16</sup> e Justiça, localizados na parte oeste da sede, indo desde a Praça São Pedro até as proximidades da atual escola Amarílis Fernandes Garcia.

Havia ainda outros loteamentos inscritos na Prefeitura, porém sem moradores no início da década de 1970, locais que depois viriam a se transformar em bairros ou, complementariam outros bairros já existentes como: loteamento Guanabara, Castelhanos, Oliveira e Portal de Anchieta.<sup>17</sup>

Sua estrutura econômica era caracterizada pela forte presença da agricultura, principalmente com o plantio da banana e do café, além da grande importância da pesca.

A agricultura destacava-se no distrito de Alto Pongal, juntamente com as comunidades próximas, na pesca podemos citar as comunidades de Ubu, localizada ao norte da sede do Município e Iriri ao sul, além da própria sede (NEVES et. al., 1995).

O comércio neste período, como já citado, encontrava-se em baixa, principalmente após o fim das atividades portuárias no local, que até então proporcionavam dinamismo econômico para a cidade.

<sup>14</sup> Fonte: Censo IBGE 1970.

<sup>15</sup> Igreja com obras iniciadas em 1579, onde funciona hoje anexo o Museu Nacional do Padre Anchieta.

<sup>16</sup> Conforme informações do Departamento de IPTU da Prefeitura da Anchieta, Alvorada não é o nome oficial do loteamento, uma vez que a área fazia parte do bairro Justiça, sendo posteriormente invadida, apelidada inclusive de “invasão” sendo depois chamada de Alvorada mas, sem registro junto ao órgão legal.

<sup>17</sup> Fonte: Departamento de IPTU Prefeitura de Anchieta.

O turismo de lazer era ainda incipiente, representando baixo impacto para a economia, mesmo com o crescimento gradativo de sua atividade, uma vez que Anchieta passou a ser procurada por turistas em especial de Minas Gerais, que começavam a descobrir suas belezas naturais, com destaque para Iriri, Castelhanos e Ubu.

“As atrações turísticas de Anchieta, entre outras, podemos citar as praias de Iriri e Ubu, que constituem um dos principais pontos de atração turística do município, sendo que a praia de Iriri no verão tem uma expressiva frequência de turistas que vêm dos mais diferentes locais do Brasil.” (OLIVEIRA, 1982, p. 45).

O turismo religioso, relacionado à figura do padre José de Anchieta, também era pouco explorado, não representando ainda uma atividade econômica expressiva, apesar da importância da figura do padre para a história do Espírito Santo.

Tal situação viria a ser modificada a partir de 1980, com a beatificação do padre José de Anchieta, o que representaria um avanço para este tipo de turismo, sendo que, percebe-se haver ainda um longo caminho a percorrer para uma maior exploração deste ramo turístico.<sup>18</sup>

O Município não possuía nenhuma agência bancária em 1970, contava com uma única empresa de minerais não metálicos do ramo de extração de areia na Lagoa Mãe-Bá<sup>19</sup>, 6 empresas de bebida (aguardente), sendo o restante das atividades divididas entre uma empresa de material de transporte, 4 de extração de madeira e 2 de produtos alimentares (IBGE – Recenseamento Geral – 1970).

A receita do Município, como a grande maioria dos Municípios brasileiros, era bastante modesta, sendo sua maior parte resultada de Transferências da União com a menor parte dela oriunda das Receitas Geradas.

Para se ter uma idéia, a Receita Arrecadada Total do Município em 1971 foi de Cr\$ 712. 465,00, desse total, 87% (Cr\$ 623.027,00) foi resultado de Transferências da União, e 13% (Cr\$ 89.258,00)<sup>20</sup> sendo resultado da Receitas

---

<sup>18</sup> Na opinião de membros da igreja católica, somente após o processo de canonização do padre Anchieta, é que este quadro poderá sofrer alterações consideráveis, mesmo assim, muitos turistas procuram o local para visitar a igreja e o museu onde viveu e morreu o padre.

<sup>19</sup> A Lagoa Mãe-Bá está ao norte da cidade fazendo divisa com o Município de Guarapari.

<sup>20</sup> Valores da época não corrigidos – Fonte: IPES – Instituto de Pesquisa Jones do Santos Neves.

Geradas, ou seja, fica evidente a dependência do Município na época dos recursos Federais para sobreviver.

Na composição da Receita Municipal do ano de 1971, temos uma estrutura onde a maior parte dela, no que se refere às Transferências da União, é proveniente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) <sup>21</sup>, representando aproximadamente 54% da Receita Total, sendo que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), representava cerca de 11% do montante.

Esta estrutura de arrecadação do Município de Anchieta não iria permanecer desta forma por muito tempo. O ano de 1975 viria para alterar consideravelmente a vida econômica da cidade, com reflexos em sua estrutura social e isto se daria com o início das obras de construção da Samarco Mineração S.A.

Em 1975 haveria então uma inversão na participação da receita, sendo que a Receita Transferida representaria 49% da Receita Total e a Receita Gerada seria responsável por 51 % da mesma, num acréscimo de 712% em comparação com 1971, conforme a tabela 2 abaixo:

**TABELA 2 – Variação de Receitas - Anchieta /ES**

<b>RECEITAS</b>	<b>1971</b>	<b>1975</b>	<b>% VARIAÇÃO</b>
<b>Transferida</b>	623.207	693.287	11
- Quota ICM	81.529	99.815	22
- Quota FPM	386.064	583.810	51
- Outras	155.614	9.662	-94
<b>GERADAS</b>	89.528	725.078	712
- IPTU	23.056	81.886	255
- ISSQN	299	519.285	173.574
- Taxas	13.148	21.305	62
- Outras	52.755	102.602	94

OBS: valores da época não corrigidos

Fonte: IPES – Instituto de Pesquisa Jones dos Santos Neves.

<sup>21</sup> O FPM é uma transferência constitucional formada por 22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda – IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, sendo repassado a cada dez dias para os Municípios – Fonte: Revista Finanças dos Municípios Capixabas, 2002.

Fica claro também que, juntamente com estas mudanças nas fontes de arrecadação, houve um aumento considerável na receita como um todo, impulsionado pelo crescimento mais que expressivo da Receita Gerada, com destaque para o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Estas mudanças foram proporcionadas pelo início das obras de construção da Samarco Mineração em Anchieta, uma vez que dezenas de empresas se deslocaram para o Município.

“Mais de 50<sup>22</sup> empresas foram envolvidas na construção, com maior ou menor participação, sob a gerência do grupo Bectel (nas instalações da mina e do mineroduto) e do consórcio Ponta Ubu, formado pelas empresas norte-americanas Dravo Corporation e International Engineering Company, e da Morrison Knudsen International de Engenharia (nas obras da usina de pelotização e no terminal marítimo).” (COMPLEXO..., 1977).

Com o início das obras da indústria em 1975, cerca de 30 empresas e 5.400 foram trabalhadores contratados<sup>23</sup>. Não poderiam ser poucos os impactos no município, uma vez que a população total da cidade em 1970 era de 11.361 habitantes e a sede possuía 2.023<sup>24</sup> habitantes, ou seja, um aumento populacional total de aproximadamente 50 % e no caso da sede, quase 200%, além dos U\$ 600 milhões de investimento no projeto.

Obviamente que desde o período de construção da indústria vários fatores contribuíram para as mudanças sócio-econômicas locais, sendo que a instalação de uma empresa produz impactos tanto no período pré-operacionalização quanto na fase de funcionamento da mesma.

Assim, começa-se a perceber que a estrutura social da cidade viria a sofrer alterações em especial com o surgimento e a ampliação de bairros na sede do município e em comunidades próximas, provocadas pela chegada de moradores com atividades de trabalho diferenciadas das existentes até então em Anchieta.

---

<sup>22</sup> Segundo informações da empresa, este foi o número de empreiteiras envolvidas nas obras nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, sendo que somente Anchieta contou com 30 empresas na construção da usina e do porto.

<sup>23</sup> Informações obtidas junto à Área de Comunicação Social da Samarco Mineração.

<sup>24</sup> Fonte; Recenseamento Geral IBGE - 1970

Inicialmente podemos citar a construção de um bairro exclusivo para trabalhadores da Samarco, construído na sede do município<sup>25</sup>, contando com mais de 150 casas, com boa infra-estrutura sendo chamado de “Vila Rica”.<sup>26</sup>

“Somente o conjunto residencial de Ubu, no município de Anchieta, conta com mais de 150 residências, uma verdadeira vila, com todos os demais equipamentos indispensáveis ao atendimento dos empregados e de suas famílias – como escolas, central de abastecimento, água, luz, esgoto e farmácia, área destinada ao lazer e segurança, que já estão implantados ou em fase de implantação.” (COMPLEXO..., 1977).

No entanto, nem todas estas benfeitorias foram efetivamente implantadas no bairro como, por exemplo, a rede de esgoto, uma vez que até hoje o bairro utiliza o sistema de fossas, a área de lazer dispunha de um centro social que no início exibia filmes, porém, a parte referente a campo de futebol socyet, quadra poliesportiva e campo de bocha, ficou concluída em 2001, como também a escola que não foi construída no local, mas, oferecida aos filhos dos funcionários em um estabelecimento do município.<sup>27</sup>

Porém, não se pode deixar de destacar que apesar da falta destes serviços, a Vila Rica possuía melhor infra-estrutura que a grande maioria dos bairros de Anchieta da época, tendo água encanada, posteamento para iluminação pública, ruas projetadas com meio fio e calçamento.

Todo este planejamento para o bairro, não foi estendido ou seguido por outros bairros, como no caso do chamado bairro Alvorada<sup>28</sup>, que devido ao aumento populacional da sede do Município com a chegada da empresa, e pelo fato de boa parte dele ser resultado de uma invasão, passou a ser alvo de ocupação imobiliária sem planejamento e infra-estrutura.

---

<sup>25</sup> O bairro Vila Rica fica na praia central da cidade, no sentido Anchieta – Guarapari, próximo à atual Prefeitura local.

<sup>26</sup> Em visita a moradores mais antigos do bairro, identificou-se que o nome surgira de uma denominação econômica, uma vez que os trabalhadores da Samarco eram vistos como ricos para os padrões locais e daí teria surgido o nome da vila construída para eles, outra versão diz respeito ao nome da empresa responsável pela construção da vila que se chamava Vila Rica..

<sup>27</sup> O antigo Colégio Maria Mattos, pertencente à Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência, através de convênio atendia os filhos dos funcionários da Samarco até o início da década de 1990.

<sup>28</sup> O bairro Alvorada não é reconhecido pelo Departamento de IPTU da Prefeitura de Anchieta por se tratar de área invadida, o que durante muito tempo deu ao mesmo o nome de “Invasão”, não sendo um loteamento planejado e aprovado pela municipalidade, segundo o setor pesquisado.

Um outro aspecto nesta nova realidade local diz respeito a uma recomposição na estrutura social, pois, até a chegada da Samarco Mineração os segmentos sociais mais favorecidos eram os dos proprietários de terras e dos comerciantes, que começariam a contar também com funcionários de uma multinacional na composição das mesmas, já que estes, independentemente de seu cargo na empresa, eram considerados ricos.

Pode-se ainda destacar o choque cultural existente nesta relação social, sendo que grande parte da população local, mesmo os mais privilegiados, era composta por pessoas sem formação, tendo que conviver no mesmo espaço social com trabalhadores técnicos do setor industrial.

Os setores produtivos do Município de Anchieta tinham uma composição bastante desigual, com enorme peso para o setor primário na ocupação da população economicamente ativa. Já no ano de 1977 esta distribuição da população economicamente ativa ainda estaria com maior ocupação no setor primário, porém com menor peso, conforme tabela 3 abaixo:

**TABELA 3 - Distribuição da PEA por setor – Anchieta/ES**

<b>Ano</b>	<b>Setor Primário</b>	<b>Setor Secundário</b>	<b>Setor Terciário</b>
1977	41,95%	12,46%	35,96%
1970	82,17%	9,39%	18,40%

Fonte: IPES - Instituto de Pesquisa Jones dos Santos Neves, para o ano de 1977.

Fonte SEDU/SEPLAN – dados básicos sobre migração, emprego, renda, educação e habitação – Projeto Censo Escolar/Pesquisa sócio-econômica, SEPL, 1977, referentes ao ano de 1970.

Desta forma percebe-se que, mesmo com o início da operacionalização da Samarco, o crescimento do setor secundário foi de aproximadamente 3%, enquanto setor terciário praticamente dobrou entre os anos de 1970 e 1977.

Dois fatores principais poderiam explicar tal variação: a necessidade de mão de obra para o setor terciário, uma vez houve um aumento considerável da demanda para a prestação de serviços em pensões, pousadas, hotéis, restaurantes, além de lojas, mercearias e mercados, principalmente para atender à população migrante formada por trabalhadores da construção da indústria.

Outro fator, no caso do setor secundário, foi a baixa qualificação da mão de obra local para atuar no ramo industrial, o que inviabilizou a contratação de moradores locais, implicando na importação de profissionais da área, refletindo isto no aumento expressivo de ocupação da PEA no setor de serviços, que não exigia formação específica na época como garçons, arrumadeiras, lavadeiras, etc.

É importante também destacar que, entre os trabalhadores da Samarco Mineração que residiam na Vila Rica, não havia nenhum funcionário do alto escalão da empresa, sendo a população da vila, composta por funcionários que não possuíam cargos mais elevados.<sup>29</sup>

Além da formação do bairro Vila Rica, construído para atender funcionários da empresa, da ocupação irregular do bairro denominado Alvorada e do aumento populacional da Sede do Município, outras comunidades também foram afetadas por este contingente de trabalhadores contratados para a construção da usina, em especial a comunidade de Mãe-Bá.

Mãe-Bá está situada ao norte da cidade, na divisa com o Município de Guarapari, sendo banhada por uma lagoa do mesmo nome, onde este corpo hídrico é de fundamental importância para o funcionamento da indústria, que depende para seu processo produtivo, de uma grande quantidade de água.<sup>30</sup>

Devido a esta proximidade da comunidade com a lagoa e, conseqüentemente com o empreendimento<sup>31</sup> parte das empresas que trabalharam na construção da indústria alugou imóveis na comunidade para servir de alojamento a seus empregados, o que seria um fator de economia para estas, pois não precisariam gastar com transporte de funcionários, uma vez que os mesmos poderiam ir a pé para o trabalho.

Um outro fator de destaque é que, para uma pequena comunidade de características sócio-econômicas simples<sup>32</sup>, a locação de imóveis era vista como um

---

<sup>29</sup> Informação obtida junto à Área de Comunicação da Empresa e junto a antigos moradores do bairro, segundo os quais, esta opção da chefia se dava pela falta de infra-estrutura da cidade e deficiência na prestação de serviços, daí a escolha por Guarapari principalmente e, em alguns casos Vila Velha e Vitória.

<sup>30</sup> Nos capítulos posteriores, quando estivermos falando especificamente da Samarco, estaremos abordando melhor a utilização da água no processo produtivo e, conseqüentemente, sua importância para a empresa.

<sup>31</sup> A entrada da comunidade de Mãe-Bá fica a menos de 1 Km do portão principal da Samarco Mineração, sendo que a empresa construiu há cerca de 2 anos uma passarela ligando a entrada da empresa à comunidade, para atender os funcionários da área interna da mesma.

<sup>32</sup> Segundo informações da Associação Comunitária de Mãe-Bá, aproximadamente 700 pessoas viviam na comunidade no início das obras.

bom negócio pelos proprietários, servindo como uma fonte de renda extra. Ocorre que por se tratar de uma mão de obra estritamente masculina, a convivência muito próxima entre homens de fora da localidade e as mulheres do local, viria a se transformar num problema que aumentaria consideravelmente nos anos seguintes, o número de relacionamentos extraconjugais.

Assim, com relação às obras de construção da indústria, podemos identificar que houve uma reorganização econômica, não só pelo fator arrecadação, mas, também pelo aumento de demanda no setor de serviços.

Ocorre que, como já citado, a chegada da Samarco Mineração não se deu por vontade do Município, mas por uma política econômica nacional de atração e de descentralização de investimentos industriais, principalmente com o II PND.

Desta forma, durante este processo a participação da administração pública era praticamente nula, o que se traduzia numa relação muito mais de imposição do que de opção das cidades e estados em buscarem seu crescimento econômico como afirma Piquet:

“Constata-se que, em termos dos processos de urbanização deflagrados, a ação da administração pública em seus diferentes níveis foi praticamente inexistente. A negociação desses projetos em geral se realizou diretamente com o Governo Federal, em que estados e municípios disputavam sua localização. E, visto que esses empreendimentos eram acolhidos como desencadeadores do “progresso regional”, ao contrário de exigências o que houve foram concessões.” (PIQUET, 1998, p. 34 e 35).

Com base nesta política desenvolvimentista, foi concedida a Samarco Mineração uma isenção de impostos por um prazo de 10 anos<sup>33</sup>, sendo assim ao final das obras de construção da indústria, houve um período de declínio da arrecadação local, uma vez que os contratos com as empreiteiras para esta primeira etapa foram encerrados e, por isso houve uma redução da receita do Município, mesmo com outras empresas trabalhando na área interna da Samarco, porém em

---

<sup>33</sup> A Área Financeira da Samarco informou que a isenção foi sobre o Imposto de Renda, no entanto funcionários da Prefeitura de Anchieta da época da chegada da indústria afirmam que a isenção foi de Imposto sobre Circulação de Mercadorias, de qualquer forma averiguou-se através de pesquisa da evolução da receita municipal que o grande salto da arrecadação local se deu após o início do pagamento de ICM pela indústria 10 anos após seu funcionamento.

menor número, o que representou uma redução do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS-QN).

No entanto, parte da população que veio trabalhar nas obras de construção da empresa acabou por ficar no Município, o que contribuiu para elevar o número de moradores de bairros e comunidades mais próximas à indústria.

Outros trabalhadores deslocaram-se para cidades próximas, em especial para Guarapari visto que o município vizinho dispunha de um mercado imobiliário em ascensão e que poderia absorver parte desta mão de obra.

Ou seja, enquanto a arrecadação foi cíclica com acréscimo no período das obras e decréscimo no período pós-obras, o aumento da população foi lento, mas gradativo.

A fim de ilustrar o crescimento populacional comparativo entre Anchieta e Guarapari, vejamos tabela 4 abaixo:

**TABELA 4 - Crescimento populacional Anchieta-Guarapari/ES - 1970-2000**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>1970</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>
Anchieta	11.361	14.874	20.483
Guarapari	21.085	61.650	96.619

Fonte: Censos Demográficos IBGE – 1970, 1990, 2000.

Assim temos o início da reestruturação sócio-econômica de Anchieta, aonde um empreendimento industrial de grande porte vem trazer mudanças que promoverão a convivência do setor industrial voltado para o mercado internacional com uma sociedade de características provincianas em boa parte de sua população.

## 2.3 SAMARCO: INÍCIO E FORMAÇÃO

A Samarco é uma empresa do ramo da mineração que tem como inovação o processo de industrialização do *itabirito*, um mineral de baixo teor de ferro e que até então não havia sido explorado no Brasil.

No ano de 1971 foram iniciadas as conversações entre Samitri (na época pertencente ao grupo Belgo Mineira) e a Marcona Corporation (empresa norte-americana), sendo a fusão dos nomes destas empresas responsável pelo nome Samarco Mineração, que começou sua produção em 1977.

A parceria se fez necessária uma vez que a Samitri possuía em suas terras uma grande quantidade de matéria-prima, no caso o *itabirito* e, por outro lado, a Marcona Corporation dominava toda tecnologia para a produção de pelotas de minério de ferro do produto. Desta união surgiu a Samarco Mineração S.A.

O projeto era pioneiro não só pela tecnologia envolvida no processo, mas também pelo meio de transporte utilizado para levar o material das altas terras de Mariana – MG, até o litoral sul capixaba, em Anchieta.

Para tanto foi construído um mineroduto com 396 km de extensão, o maior do mundo<sup>34</sup>, sendo ainda importante destacar que na maioria do trajeto utiliza-se a força da gravidade para o transporte do material, havendo a necessidade em alguns pontos de instalação de estações de bombeamento que controlam também a velocidade do minério durante o caminho, minério este que em seu beneficiamento é misturado com água para ser transportado.

“O primeiro mineroduto brasileiro é uma tubulação para o deslocamento de uma mistura de ferro moído com água, uma polpa de minério de ferro. Essa foi a modalidade adequada pelo projeto SAMARCO para minimizar os custos internos de produção e minimizar os fretes, visto que eles seriam bem menores do que o transporte rodoviário e muito menores que o transporte ferroviário. Com isso o projeto SAMARCO introduziu um elemento novo, que seria uma via pioneira de transporte no Brasil, e, com isso, o País alcançou uma vitória na tecnologia universal, porque construiu o maior mineroduto em granéis sólidos do mundo.” (REVISTA INDÚSTRIA CAPIXABA, 1977).

---

<sup>34</sup> Informação disponível no site da empresa [www.samarco.com](http://www.samarco.com) – acessado em 04/08/2005.

A planta industrial consistia em uma unidade de exploração do minério em Mariana – MG, e uma usina de pelotização e um porto em Anchieta - ES, além do já mencionado mineroduto ligando os dois Municípios e cortando outras 22 cidades nos dois Estados.

O valor total do projeto com os investimentos atingiu o montante de U\$ 600 milhões, sendo de capital próprio e financiamentos.

Em 1977 a empresa entra em operação, mais precisamente no mês de junho com a produção industrial de pelotas de minério, com base no *pellet feed*, que são finos de minério de ferro, principal matéria-prima para a produção de pelotas de minério, produto final da Samarco Mineração.

Inicialmente a capacidade de produção da Samarco era de 5 milhões de toneladas/ano. O mineroduto foi projetado para transportar até 12 milhões de toneladas/ano, sendo que atualmente possui capacidade para bombear 15,5 milhões de toneladas/ano.<sup>35</sup>

A localização da indústria às margens da lagoa de Mãe-Bá não se deu por acaso, uma vez que em todo seu processo a Samarco utiliza uma grande quantidade de água. Primeiro, no transporte do minério de Mariana a Anchieta pelo mineroduto depois para a limpeza e resfriamento de seus equipamentos industriais.

Toda a água utilizada pela empresa é lançada na chamada “barragem norte”, que nada mais é do que um braço da lagoa de Mãe-Bá fechado pela Samarco, onde esta água, após um processo de tratamento<sup>36</sup> é lançada na barragem que, esporadicamente é aberta despejando a mesma na grande lagoa.

Para se ter uma idéia da importância do empreendimento, no dia 29 de setembro de 1977, o então Presidente da República General Ernesto Geisel, inaugurou o complexo da Samarco Mineração.

A operacionalização da Samarco foi indiscutivelmente uma conquista para o governo brasileiro, bem como uma demonstração de que o País estava alterando consideravelmente seu padrão de exportação de minério de ferro:

---

<sup>35</sup> Informações no site da empresa [www.samarco.com](http://www.samarco.com) – acessado em 12/09/2005.

<sup>36</sup> Segundo a Associação Comunitária de Mãe-Bá, a água lançada pela Samarco na barragem norte não é suficientemente tratada o que, segundo a Associação, acaba por contaminar a lagoa, de outro lado a empresa contesta a afirmação.

“O Brasil vinha exportando minério de ferro de alto teor, o chamado *hematita*, que é o minério de ferro com teor de ferro superior a 65 por cento e a exportação se fazia sob a forma do minério bruto, tal como extraído das jazidas.”

“Pela primeira vez há um projeto tão somente destinado à exploração do minério pobre [...] A SAMARCO não vai trabalhar com o minério rico. Ela só vai trabalhar com o minério pobre, o *itabirito*. Com isto a SAMARCO está inserindo um novo produto na pauta brasileira de exportações, um produto que não estava tendo sua extração estimulada.” (REVISTA INDÚSTRIA CAPIXABA, 1977).

Desta forma, identificamos que a instalação da Samarco tratou de ser um projeto de grande importância não só para a planejada industrialização brasileira, mas também para a diversificação do setor industrial com o objetivo de conquistar novos mercados.

Assim, a chegada de uma empresa do porte da Samarco a uma cidade de pequeno porte como Anchieta, não poderia deixar de causar impactos em sua estrutura sócio-econômica. Principalmente quando esta indústria dispõe de projetos de ampliação de suas atividades produtivas através da duplicação de sua planta industrial e até mesmo da construção de uma terceira usina de pelotização<sup>37</sup>, o que com certeza deverá gerar novos impactos para os Municípios e comunidades dentro de sua área de influência.

Estes impactos podem ser identificados sob diversos aspectos: pelo aumento populacional, crescimento de bairros já existentes e surgimento de novos bairros, aumento da demanda no setor de serviços, contribuição para a arrecadação municipal, população flutuante, entre outros.

---

<sup>37</sup> Desde o ano de 2004 a Samarco Mineração vem se estruturando para construir sua terceira usina de pelotização, sendo que mesmo com a construção da segunda usina que entrou em funcionamento em 1997, a demanda do mercado internacional levou a empresa a investir novamente no aumento de sua capacidade produtiva, no entanto, as obras ainda não foram iniciadas.

## 3 CAPÍTULO II: ANCHIETA NOS ANOS 1990

### 3.1 MERCADO DE TRABALHO E MUDANÇAS SOCIAIS

Como já mencionado, a década de 1970 representou para o Município de Anchieta um período de profundas mudanças em sua economia, isso devido ao fato da instalação da Samarco Mineração na cidade, uma multinacional de grande porte.

Não se pode deixar de mencionar outro fator, este de cunho político, que não só coincidiu como contribuiu para o fortalecimento da economia anchietense: a Constituição Federal aprovada pelo Congresso em 1988, que trouxe uma nova realidade para todos os Municípios do País, uma vez que possibilitava maior autonomia dos poderes locais, direcionando para estes dispositivos de arrecadação que até então eram repassados única e exclusivamente pela União.

Com isso percebe-se uma convergência de fatores que possibilitaram à cidade de Anchieta tornar-se um dos Municípios com maior capacidade de investimento do Estado do Espírito Santo, colocando-o atualmente como um dos municípios de maior renda *per capita* do mesmo, conforme a tabela 5 abaixo:

TABELA 5 - Principais receitas *per capita* do Espírito Santo

Município	Receita Total 2004	Receita <i>Per capita</i> 2004
Anchieta	R\$ 41.073,5	R\$ 1.923,6
Vitória	R\$ 539.022,5	R\$ 1.741,6
Aracruz	R\$ 128.888,2	R\$ 1.817,9
Pres. Kennedy <sup>38</sup>	R\$ 21.149,9	R\$ 2.199,0

Fonte: Revista Finanças dos Municípios Capixabas – 2004.

Obs: Valores em milhões.

Tais condições favoreceram maior autonomia do Poder Público Local, ampliando sua capacidade de investimentos através da “autonomia financeira” como trata Santos:

“A autonomia municipal se desdobra em autonomia administrativa, legislativa e financeira [...] A autonomia financeira refere-se à capacidade de os municípios instituírem e arrecadarem seus próprios tributos, bem como de aplicarem seus próprios recursos.” (SANTOS, p.7-8, 2002).

Porém, é importante ressaltarmos que as mudanças econômicas acarretaram também uma mudança no crescimento populacional local. O que se confere inicialmente é que os impactos sociais se deram de forma espaçada, conforme a implementação dos investimentos da empresa no Município.

Vejamos, Anchieta começara a sofrer impactos sociais mais profundos com a chegada da Samarco em meados da década de 1970, causados principalmente pela contratação de 5.400 trabalhadores para a construção da indústria, o que representou uma melhoria na arrecadação municipal, já que isso aumentaria o coeficiente de participação de Anchieta nas Transferências da União pelo pagamento de impostos, como o IPTU e o ISS-QN, através das empreiteiras da obra.

<sup>38</sup> O município de Presidente Kennedy foi beneficiado com sua inclusão na Bacia de Campos sendo que sua arrecadação saltou de R\$ 6.081,9 milhões em 1999 para R\$ 21.149,9 em 2004, porém sua população é estimada no mesmo ano segundo o IBGE era de 9.618 habitantes – Fonte: Revista dos Municípios Capixabas – V 11 – Vitória, 2005.

Ocorre que com o final das obras e pela isenção de ICMS da empresa, a arrecadação municipal não continuou a crescer uma vez que os contratos com as empreiteiras foram encerrados e, por isso, houve uma redução na receita do Município, mesmo com algumas empresas trabalhando na área interna da Samarco, porém em número menor.

No entanto, parte da população que veio trabalhar nas obras de construção da empresa acabou por ficar na cidade, o que contribuiu para elevar, ainda que modestamente, o número de moradores de bairros e comunidades próximas da indústria, o que representou uma necessidade da ampliação de serviços públicos essenciais como nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Estes ex-empregados remanescentes da construção da usina e do porto buscavam uma nova oportunidade de trabalho, mesmo que temporária na indústria, sendo contratados diretamente pela Samarco ou por prestadoras de serviços da mesma.

Um dos fatores que levaram a isso foram as “*paradas de usina*”<sup>39</sup>, quando até mais de 1.000 empregados são contratados para trabalharem nos serviços de manutenção e que ocorrem cerca de 4 vezes por ano, por um período de até 8 dias.

Tal momento significa para muitos uma oportunidade não só de se empregarem, mesmo que por um espaço de tempo tão curto, com também uma chance de demonstrar seu trabalho e, conseqüentemente, uma possibilidade de conseguir uma vaga em alguma das empreiteiras.

Outros atrativos para a mão de obra das áreas próximas à usina são os pequenos serviços na área interna que na maioria dos casos não exigem formação como a conservação e calçamentos, jardins, entre outros.

Há ainda as contratações pelas empreiteiras para a descarga de navios que chegam ao porto trazendo materiais utilizados na produção das pelotas de minério de ferro, onde os prestadores de serviço utilizam trabalhadores para a descarga dos porões dos navios, durando entre 5 e 8 dias.

“O que interessa pra gente é estar dentro da área da Samarco, mesmo que a gente só trabalhe alguns dias, pois estando lá dentro sempre pode

---

<sup>39</sup> Paradas de usina são uma ocasião para manutenção dos equipamentos tidos como críticos do processo produtivo da Samarco, que não podem parar durante um processo produtivo normal, segundo informações da Área de Produção da Samarco.

aparecer uma oportunidade melhor, sabe, um emprego fixo”. (morador de Recanto do Sol<sup>40</sup> - bairro próximo à Samarco)

”Só no ano passado trabalhei em 4 paradas de usina e 6 descargas de navio, quer dizer, de vez em quando tava trabalhando, já dá pra livrar algum, a vantagem é fico perto dos “chefes” e, quem sabe não aparece algum serviço fixo?” (morador de Mãe-Bá, trabalhador temporário da Samarco).

Toda esta expectativa de trabalho mesmo que temporário, atuou como fator de atração de trabalhadores potenciais, o que influenciou consideravelmente na reestruturação da população local bem como no surgimento e aumento de bairros periféricos, principalmente nas áreas de influência direta da empresa, nas comunidades de Mãe-Bá, Ubu e Anchieta, além de Meaípe em Guarapari.

Além disso, a Prefeitura de Anchieta começou a oferecer serviços públicos mais amplos e de qualidade como a melhoria do sistema de saúde com a implantação de postos de saúde em comunidades como Mãe-Bá e Ubu, ampliação dos serviços na área de educação com transporte, merenda e aumento da rede escolar com construção de escolas também nestas comunidades e em outras e do quadro de professores, além de prestação de serviços na área de assistência social como distribuição de cestas básicas para famílias carentes cadastradas, campanha do agasalho, etc.

Ou seja, a busca por oportunidades de emprego, mesmo que temporário atrelada a esta estrutura de serviços públicos, levou uma parcela da população de imigrantes a permanecerem na cidade, o que contribuiu para a gradativa mudança social.

A cidade que até a década de 1970 praticamente não dispunha dos chamados bairros periféricos com seus problemas característicos, a partir da chegada da Samarco Mineração, passou a contar com uma intensificação de problemas sociais nestas localidades, bem como o surgimento de novos bairros.

A própria vila residencial construída pela Samarco, foi um bairro totalmente novo, em uma parte da cidade que até então não possuía estrutura como a que foi montada, caracterizando essa tendência de surgimento de novos bairros.

---

<sup>40</sup> Ainda neste capítulo estaremos dando mais detalhes sobre o bairro Recanto do Sol, originado de um projeto de expansão da Samarco em área ocupada por parte dos trabalhadores que vieram para as obras da empresa.

Há ainda o caso do chamado bairro Alvorada, que passou a ser alvo de ocupação imobiliária mais intensa a partir do mesmo período, isso para destacar dois casos na Sede do Município.

Estas diferentes formas de ocupação da área urbana local colocariam em um mesmo espaço pessoas com características sócio-econômicas bastante diferentes: de um lado migrantes empregados de uma multinacional, ocupando um bairro novo e exclusivo para eles, com uma boa infra-estrutura e um bom salário para os padrões locais.

De outro lado, uma população simples, com uma economia baseada na pesca e na agricultura, além dos que vieram em busca de oportunidade de emprego ou com empregos indiretos na Samarco Mineração, que não desfrutavam de benefícios empregatícios como os outros, morando em bairros praticamente sem infra-estrutura.

Obviamente que nem todos os trabalhadores da Samarco eram de outras cidades e Estados, porém, o número de trabalhadores locais era bastante reduzido e, mesmo estes não eram moradores da Vila Rica.

Isto viria demonstrar um outro problema social, a falta de preparação da mão de obra local para entrar num mercado de trabalho onde a industrialização exigia uma formação específica e técnica para o desempenho de atividades dentro da empresa instalada na cidade.

Esta falta de trabalhadores qualificados sofreria poucas modificações com o passar do tempo, uma vez que a população local nunca dispôs de uma escola profissionalizante para suprir tal necessidade.<sup>41</sup>

Este contexto gerou uma nova discussão dentro da sociedade local, sendo que a população se mostrava descontente, pois defende a idéia de que a Samarco não utiliza mão de obra da cidade em detrimento da contratação de empregados de outras cidades.

Contrariamente a isso, a empresa afirma não ter como contratar um maior número de trabalhadores locais diretamente, devido à falta de preparação dos mesmos para exercerem as funções necessárias a seu processo produtivo.

---

<sup>41</sup> Somente no ano de 2005 é que foi firmado um convênio entre a Prefeitura de Anchieta, Samarco Mineração, Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) e Senai, para a criação de um Pavilhão de Ensino Tecnológico e Cultural de Anchieta, a fim de formar profissionais na área de construção civil e metalmeccânica, para a construção da 3ª usina de pelotização da empresa.

O que se pode observar nesta divergência de opiniões, é que pouquíssimas foram as tentativas até o ano de 2005, para solucionar tal impasse, seja por parte da empresa, do Poder Público e até mesmo da própria população.

Buscaram-se soluções paliativas que dependiam muito mais da vontade política do que uma estratégia para solução do problema como, por exemplo, a oferta de bolsas de estudo para moradores que estudassem em outras cidades, a fim de qualificar melhor a população local oferecida pela Prefeitura de Anchieta, entre os anos de 1994 e 1996.

No entanto foi uma ação temporária, pois a chegada de um novo governante em 1997 representou o fim de tal política e conseqüentemente o fim das bolsas, prejudicando consideravelmente estudantes em cursos técnicos e superiores que estavam em andamento.

Outro fator importante é que, mesmo com estudantes nas mais diversas áreas, não havia nenhum tipo de convênio entre a empresa e a Prefeitura como forma de incentivar e viabilizar o aproveitamento desta mão de obra.

Todas estas questões ficariam adormecidas por algum tempo, uma vez que a contratação da mão de obra pela Samarco Mineração ficaria praticamente estagnada, sendo que desde sua operacionalização em 1977, o aumento da produção até a capacidade máxima da primeira usina, demandou uma baixa necessidade de novos trabalhadores.

Não se pode deixar de mencionar também, como fator considerável para a diminuição da contratação de mão de obra direta por parte da Samarco, foi o processo de terceirização de serviços, utilizada não só pela empresa como por grande parte das empresas do País.

Isso gerou uma diminuição no quadro de funcionários diretos da empresa<sup>42</sup>, o que viria a dificultar ainda mais a contratação de mão de novos funcionários.

De qualquer forma, esta estagnação viria a ser quebrada em meados de 1990 com a divulgação do plano de expansão da Samarco para a construção da segunda usina de pelotização.

Tal projeto, segundo a empresa se fazia necessário uma vez que era imprescindível aumentar sua capacidade produtiva para atender a uma demanda

---

<sup>42</sup> Não se tem um número preciso do número de vagas reduzidas na empresa pela terceirização de serviços, mas estima-se que o índice seja de aproximadamente 10% a menos de pessoal diretamente contratado segundo a Findes.

crescente do mercado impulsionada pelo aquecimento da economia global após a difícil década de 1980, conforme justificativa técnica do projeto:

“A atual planta está operando acima de sua capacidade nominal e não existe possibilidade de aumentar a produção com os equipamentos instalados.

O mercado consumidor de pelotas é muito promissor, especialmente para pelotas DR, onde é esperado um aumento de consumo da ordem de 6% a 7% ao ano, podendo dobrar entro dos próximos 30 dias.

Para a Samarco manter sua competitividade é necessária a ampliação da planta de pelotização aumentando a produção de pelotas para 11 milhões de toneladas por ano, já que a restrição das vendas é devido a capacidade de produção e não pela demanda de mercado.” (Parte da Justificativa Técnica do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para a ampliação da usina de pelotização – Terminal Ponta Ubu, elaborado pela Jaakko Poyry Engenharia Ltda. – 1995).

Como se pode notar, novamente haveria uma convergência de fatores no sentido de aumentar a expectativa em torno da relação da Samarco Mineração e a população local: a necessidade da empresa em aumentar sua capacidade de produção e a esperança da população local em ver quebrada esta estagnação na contratação de mão de obra direta pela mesma.

Os estudos relativos ao projeto de ampliação da empresa foram concluídos em 1995 e, todo o processo de licenciamento para a aprovação do mesmo possibilitou pela primeira vez à população local participar diretamente de audiências públicas<sup>43</sup>, uma vez que para a empresa conseguir sua licença para funcionamento, deveria realizar estas audiências, fato novo na história do município.

Indiscutivelmente o projeto era de grande importância não só para a economia do município como também para o estado, o que viria trazer para Anchieta mais um forte impacto em sua estrutura sócio-econômica.

Quanto à questão social, deve-se destacar a ampliação de bairros já existentes, mas principalmente o surgimento de um novo chamado “Recanto do Sol”,

---

<sup>43</sup> Audiências públicas fazem parte do processo de licenciamento ambiental para a execução do projeto, oportunidade onde deveriam ser discutidas as medidas condicionantes para que o investimento pudesse ser autorizado pelo órgão ambiental responsável.

ocupando uma posição estratégica em relação à indústria, estando a cerca de 5 Km do portão principal e a aproximadamente 1,5 Km do PV-4<sup>44</sup>.

Vale ainda destacar que o mesmo bairro é cortado pela rodovia Gilberto Domingues, que foi construída pela Samarco Mineração, através de um convênio com o governo do estado, com o objetivo de evitar o tráfego de caminhões pesados no centro da cidade, atendendo uma reivindicação da prefeitura local, uma vez que o tráfego de caminhões pesados no centro da cidade acabava por danificar o calçamento das ruas centrais, oferecendo uma via alternativa com melhores condições de trânsito, sendo que esta também serviria de ligação entre a BR 101 e a Rodovia Estadual ES 060<sup>45</sup>.

Desta forma vemos as contradições com relação ao mercado de trabalho local, bem como a composição social de Anchieta na época.

### 3.2 SEGUNDA USINA E NOVOS IMPACTOS

Para identificarmos o impacto na arrecadação municipal com o projeto de construção da segunda de pelotização da Samarco, tomaremos por base a receita do município no ano de 1995, ano de conclusão dos estudos para o investimento.

Como já mencionado anteriormente, as principais fontes de receita da cidade após a instalação da empresa passaram a ser o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Neste período o ICMS representava aproximadamente 62,5% da receita total do Município, o FPM tinha uma participação de 15,7%, já o ISSQN representava pouco mais de 3,1% da mesma.<sup>46</sup>

Vemos que através da constituição da receita total no período, somando estes três itens, teríamos o montante de 81% da receita local, principalmente pelo peso do ICMS neste caso.

---

<sup>44</sup> O PV-4 é o segundo portão de acesso à Samarco Mineração utilizado por caminhões transportadores de matéria prima para a empresa.

<sup>45</sup> Também conhecida como Rodovia do Sol, ligando o norte ao sul do Espírito Santo pelo litoral.

<sup>46</sup> Fonte: Balanço Municipal de 1995.

Percebe-se então a dependência da receita de Anchieta em relação à atividade industrial nela instalada, bem como da exportação de seu produto.

Para tanto, vejamos a tabela 6 abaixo sobre tal assunto:

**TABELA 6 - Composição de receita – Anchieta/ES**

<b>Receita Tributária</b>	<b>R\$</b>
Impostos	664.085,25
Taxas	206.999,26
<b>Total</b>	<b>871.084,51</b>
<b>Transf. Correntes</b>	
<b>Transf. da União</b>	
FPM	1.471.302,98
IRRF	112.640,08
ITR	1.815,74
<b>Outras Transf. União</b>	<b>88.157,63</b>
<b>Total</b>	<b>1.673.916,43</b>
Outras Rec. Patrimoniais	50.928,71
<b>Transf. Estado</b>	
ICMS	5.993.839,44
IPVA	50.763,73
IPI	250.985,94
Outras Transf. Estado	158.877,56
<b>Total</b>	<b>6.454.439,67</b>
Outras Rec. Correntes	186.588,78
Rec. De Capital	117.170,59
<b>Receita Total</b>	<b>9.354.128,69</b>

Fonte: Balanço Municipal 1995

É importante destacar que nesta época, mesmo antes do funcionamento da segunda usina da Samarco Mineração, Anchieta possuía uma arrecadação

considerável em relação aos Municípios da região, uma vez que a grande maioria das cidades capixabas tinha sua principal fonte de arrecadação no FPM.<sup>47</sup>

A fim de ilustrar tal afirmativa, podemos mencionar que Anchieta possuía em 1995 o maior repasse *per capita* de ICMS do Espírito Santo, num valor de R\$ 402,00.

48

Neste período, a construção da segunda usina de pelotização da Samarco era uma realidade, sendo que os primeiros impactos sofridos se deram no aspecto social, principalmente a partir de 1996 com a fixação de famílias onde hoje se encontra o bairro Recanto do Sol, em especial pessoas provenientes da Bahia em busca de trabalho.

Obviamente que, além do surgimento do bairro citado, as comunidades próximas ao investimento, também foram atingidas por esta população flutuante como Mãe-Bá e Ubu, fazendo aumentar os problemas sociais destes locais.

Muitos trabalhadores que vieram para a região e fundaram Recanto do Sol, afirmam que foram morar lá por dois motivos principais: venda de lotes baratos e pela proximidade do local com a indústria, o que segundo os mesmos era vantagem:

“Ah, eu moro aqui desde 1996, eu vim por que consegui serviço na obra da Samarco, aí era bom por que eu não ficava longe do trabalho”.  
(Depoimento de morador de Recanto do Sol)

Outros ainda afirmam que as próprias empresas prestadoras de serviços na obra preferiam que seus trabalhadores morassem perto do canteiro de obras, pois segundo estes, estariam economizando no transporte de funcionários e, em caso de necessidade, poderiam prolongar a jornada de trabalho e isto facilitaria para todos:

“Eu vim pra cá por que o encarregado falou que eles não dava transporte pra longe, eu morava em Guarapari, aí vim pra cá por causa disso.”

---

<sup>47</sup> O FPM é uma Transferência da União calculada para favorecer os Municípios de menor base econômica, sendo dividida em 3 partes: FPM Interior, FPM Capital e FPM Reserva. Anchieta e a grande maioria dos Municípios capixabas estão incluídos no primeiro modelo de FPM, onde os critérios de distribuição são definidos pelo Decreto Lei 1.881/81. Fonte: Revista Finanças dos Municípios Capixabas, 2004.

<sup>48</sup> Fonte: Revista Finanças dos Municípios Capixabas, 1996.

(Funcionário de empreiteira que trabalhou na construção da segunda usina da Samarco).

Um outro fator que serviu de atrativo para estas diversas famílias se instalarem no bairro, se deve ao fato da facilidade de acesso ao mesmo, uma vez que todas as vias para Recanto do Sol são asfaltadas, privilégio de poucas comunidades em Anchieta.

Não há um número preciso, no entanto, estima-se que entre 30 e 40 famílias iniciaram a ocupação da área dando início ao bairro mencionado, número que aumentou consideravelmente desde então, sendo que hoje 178 famílias vivem no local, numa população total de 696 pessoas, segundo informações do SIAB (Sistema de Informação de Atenção Básica) da Secretaria Municipal de Saúde.

Ocorre que, como na maioria dos bairros de Anchieta que sofreram aumento populacional com a chegada de investimentos industriais, a ocupação se deu mais uma vez de forma totalmente irregular, além de que o local ainda não dispunha de uma infra-estrutura para se tornar um bairro residencial, o que geraria problemas com relação ao sistema de abastecimento de água, tratamento de esgoto, energia elétrica, pavimentação das ruas, entre outros.

Indiscutivelmente, o investimento da Samarco Mineração na ampliação de sua capacidade de produção seria de grande importância não só para a economia local como também para a economia estadual, representando uma maior arrecadação de impostos, além da geração de emprego, conforme a Justificativa Econômica do Estudo de Impacto Ambiental – EIA de 1995.

“Os investimentos previstos para a produção de 11 milhões de toneladas de pelotas são de US\$ 200 milhões num prazo de 24 meses”.

“Para o Município e para o Estado haverá um aumento na receita de tributos sendo que durante a implantação do empreendimento o Município arrecadará o ISS.”

“A Samarco possui como filosofia a busca de recursos sempre que possível no Município e no Estado onde atua.”

(Justificativa Econômica – EIA Ampliação da Usina de Pelotização do Terminal Ponta Ubu da Jaakko Poyry Engenharia Ltda).

Durante a fase de implantação da segunda usina de pelotização foram desenvolvidas atividades em diversas áreas como engenharia, suprimentos,

planejamento, construção e controle financeiro, sendo que as atividades de suprimentos foram totalmente absorvidas pela equipe da própria Samarco Mineração.

Para outras atividades foi contratada uma empresa para o gerenciamento geral que ficou submetida à supervisão de uma equipe interna.

Já as fases de detalhamento do projeto, obras civis, montagem eletromecânica e fiscalização foram desenvolvidas preferencialmente por empresas nacionais, sendo a estimativa de empregos a serem gerados no pico das obras era de 2.000 empregos diretos.

Na etapa de operação, segundo o mesmo estudo, seria aproveitada a infraestrutura existente e seriam gerados aproximadamente 80 empregos diretos, sendo estes distribuídos em 70% de mão de obra especializada (vagas de nível técnico) e 30% de mão de obra semi-especializada, informando ainda que, sempre que possível, serão procurados recursos humanos no Estado e no município.<sup>49</sup>

O ano de 1996 representou para Anchieta mais uma vez uma melhora em sua arrecadação municipal já que as obras de ampliação da usina da Samarco Mineração estavam em plena atividade.

Com isso, em comparação ao ano de 1995, a receita total do município sofreu um aumento, conforme a tabela 7 abaixo:

**TABELA 7 - Evolução receita/população de Anchieta/ES**

	<b>1995</b>	<b>1996</b>
<b>População</b>	15.763 hab	17.326 hab
<b>Receita</b>	R\$ 9.354.128	R\$ 10.681.588

Fonte: Balanços Municipais – 1995/1996

Entende-se que este aumento populacional foi resultado das obras de expansão da empresa, no entanto é importante destacar que, mesmo não sendo uma população permanente, durante o período que esteve no Município, praticamente todos os serviços públicos foram prestados em Anchieta.

<sup>49</sup> Estas informações foram obtidas através do EIA-RIMA à disposição no Instituto de Pesquisa Jones dos Santos Neves – IPES em Vitória.

Além disso, apesar do crescimento do número de habitantes (cerca de 2.500 pessoas em um ano), parecer pequeno, há que se levar em consideração que esta quantidade representou quase 11% de crescimento populacional.

Já no ano seguinte, 1996, com as obras de construção da segunda usina de pelotização da Samarco Mineração, houve novamente um aumento da receita municipal, impulsionada pela arrecadação de impostos das prestadoras de serviço da Samarco.

O ISS foi o imposto que mais cresceu nesse período, aumentando em mais de 100% seu volume arrecadado, resultado do grande número de empresas prestadoras de serviço durante a obra de construção da segunda usina de pelotização da Samarco de Mineração.

Os principais itens da receita do município eram então a Receita Tributária, o ISS, o FPM e o ICMS, sendo que somente o ISS e o ICMS representavam praticamente 70% da arrecadação total do município conforme a tabela 8 abaixo:

**TABELA 8 - Composição de receita de Anchieta/ES**

<b>Rec. Tribut.</b>	<b>ISS</b>	<b>FPM</b>	<b>ICMS</b>	<b>Rec. Total</b>
1.561.517	748.104	1.788.255	6.321.310	10.661.588

Fonte: Revista dos Municípios Capixabas, 1997.

Nesse período, a receita *per capita* de Anchieta ainda era a segunda maior do Espírito Santo, perdendo apenas para a capital, o valor era de R\$ 615, 35, onde o ICMS representava 68% desse total, ou seja, à medida que aumentava a arrecadação municipal, maior era a participação do ICMS na composição da mesma.

50

Concomitantemente a este aumento da receita, aumentavam os problemas sociais, principalmente com o aumento da população nos bairros periféricos, Recanto do Sol, por exemplo, havia saltado de aproximadamente 40 famílias no início de sua formação para pouco mais de 100 famílias, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde.

<sup>50</sup> Fonte: Revista Finanças dos Municípios Capixabas, 1996.

Outro fato importante é que estes problemas começaram a fazer parte da vida das pessoas da sede do município e que até então não conviviam com tais acontecimentos, na realidade, Anchieta, apesar de abrigar em seu território um investimento de milhões de dólares e de alta tecnologia na produção de pelotas de minério de ferro, ainda mantinha um estilo de vida de cidade interiorana.

No entanto, Anchieta ainda sofreria fortes impactos em sua economia com a entrada em funcionamento da segunda usina de pelotização da Samarco Mineração no ano de 1997, porém, o fim das obras de construção da referida usina, acarretariam mais uma concentração de pessoas na área de influência direta da empresa.

Ocorre que num espaço de 4 anos (de 1996 a 2000), a receita do município iria mais que dobrar, colocando a cidade como a melhor renda *percapita* do estado e trazendo o que deveria ser uma nova realidade para a cidade.

O ano de 1997 ainda não demonstraria o real impacto no aumento da arrecadação de ICMS para o município, no entanto, a intensificação das obras para a conclusão da expansão da produção de pelotas, iria elevar em mais de 300% a arrecadação de ISS.

**TABELA 9 - Comparativo de Evolução do ISS de Anchieta/ES**

	1997	1998
Valor em reais	748.104	2.355.552

Fonte: Balanços Municipais 1997/1998.

Na realidade, a receita total de Anchieta sofreria uma queda em comparação aos anos de 1996 e 1997 (TABELA 9), não fosse esse aumento considerável na arrecadação de ISS, visto que a sua principal fonte de receita, a Quota Parte de ICMS sofreu uma redução considerável de aproximadamente 15%, caindo de R\$ 6.321.310 em 1996 para R\$ 5.559.872 em 1997, sendo que a arrecadação total ficou em R\$ 11.935.222.<sup>51</sup>

Tal fato se explica devido a uma diminuição na exportação dos produtos da Samarco Mineração, tendo em vista que o ano de 1997 representou um momento de

<sup>51</sup> Fonte: Balanços Municipais 1996 e 1997.

crise econômica mundial com os problemas enfrentados pelos países asiáticos, grandes importadores de minério de ferro, comprometendo não só a receita municipal, como também os planos de expansão da Samarco.

No ano de 1998 a receita voltaria a ter uma pequena elevação devido ao fim da crise asiática e ao reaquecimento das vendas por parte da Samarco Mineração, puxando o ICMS para cima, mesmo com uma redução considerável do ISS, conforme a tabela 10 comparativa:

**TABELA 10 - Participação do ISS/ICMS na receita total de Anchieta/ES**

<b>Ano</b>	<b>ISS</b>	<b>ICMS</b>	<b>Rec. Total</b>
<b>1997</b>	2.355.552	5.559.872	11.935.222
<b>1998</b>	1.060.200	5.758.556	13.392.900

Fonte:Revistas Finanças dos Municípios Capixabas dos anos 1998 e 1999.

A partir daí, a arrecadação municipal iria passar por um período de elevação constante, sendo impulsionada pelo aumento da produção de pelotas de minério de ferro da Samarco, e já com a segunda usina de pelotização funcionando a pleno vapor, saltando sua produção de aproximadamente 7 milhões de toneladas/ano antes do funcionamento da segunda usina, para mais de 14 milhões de toneladas/ano em 2003 segundo o Relatório Anual Samarco 2003.

Isto se deve ao fato de que a Samarco começa a ampliar suas ações voltadas para o mercado asiático, especialmente a China, que surge no final dos anos 1990 como grande comprador do minério de ferro e vem crescendo num ritmo bem acima de países considerados em desenvolvimento e até mesmo do que os países desenvolvidos.

A empresa possui dois escritórios de negócios fora do Brasil, um na Europa, mais precisamente em Amsterdã na Holanda e outro em Hong Kong, na Ásia, montado especificamente para atender a esta nova e grande fatia do mercado.

A China constituiu-se num mercado analisado isoladamente, tal o tamanho de sua capacidade de compra dos produtos da Samarco. No Relatório Anual de 2003, a China é apontada como maior comprador da empresa, sendo responsável pela aquisição de 43% de toda a produção de pelotas por região e os outros países

asiáticos foram responsáveis por 13% da produção no mesmo ano e a Europa ocupa uma fatia de 14%.

Há ainda países da África e do Oriente Médio com 20% e as Américas com 10%. Vale destacar que toda a produção Samarco é voltada para o mercado externo.

**TABELA 11 - Evolução da receita municipal Anchieta/ES**

1999	2000	2001	2002	2003
18.713.300	22.393.300	27.288.400	30.242.300	31.568.900

Fonte: Revista Finanças dos Municípios Capixabas, 2004.

Obs: Valores em reais

Pode-se perceber nitidamente o grande aumento da arrecadação através da tabela 11, puxado pelo aumento da produção da mineradora, no entanto, o que praticamente permaneceu estabilizado foi a porcentagem de participação do ICMS na composição da receita total, ficando sempre acima de 50%, chegando ao ano de 2003 a 51% na composição da receita.

**TABELA 12 - Evolução da quota parte do ICMS de Anchieta/ES**

1998	1999	2000	2001	2002	2003
7.870.100	8.696.600	10.644.500	15.789.900	16.420.700	16.088.900

Fonte: Revista Finanças dos Municípios Capixabas, 1999 a 2004.

Obs: Valores em reais

Pode-se notar que num espaço de 6 anos, a arrecadação de ICMS sozinha em 2003, já representava um valor superior ao total da receita do ano de 1999<sup>52</sup> por exemplo (TABELA 12).

É importante destacar que, apesar desse constante aumento da receita total local, o município de Anchieta não foi alvo de um crescimento populacional tão acelerado quanto sua arrecadação.

<sup>52</sup> A receita total no ano de 1999 era de R\$ 13.392.900 – dados da revista Finanças dos Municípios Capixabas de 2000.

Isto se faz verificar na população do município no ano de 1996, auge da construção da segunda usina de pelotização da Samarco, quando o número de habitantes era de 17.327 pessoas, sendo que destas 8.893 eram consideradas residentes da área urbana, segundo a contagem da população do IBGE do mesmo ano.

Em 1997, a população estimada do município de Anchieta era de 17.823 habitantes e, em 1998 era de 18.240 habitantes, tendo, pois uma variação positiva de 6,28% segundo o IBGE, com a utilização destes dados para o cálculo do repasse do FPM para os anos subseqüentes.

No ano de 2000, segundo o Recenseamento Geral do IBGE, o município de Anchieta possuía 19.125 habitantes, em 2001 19.640 e, em 2003 possuía 20.483 habitantes.

Podemos identificar então que, desde 1996, a população total do município de Anchieta aumentou em pouco mais de três mil moradores até o ano de 2003, o que é um número considerado baixo em comparação a outros municípios como Guarapari e Piúma.

Guarapari possui uma forte tradição turística sendo conhecido até internacionalmente, além de ter passado nos últimos 25 anos aproximadamente por uma expansão imobiliária, fato a que muitos atribuem seu aumento populacional, saltando de cerca de 72.000 habitantes em 1996 para praticamente 100.000 em 2003 segundo o IBGE.

No entanto, para a prefeitura da cidade<sup>53</sup>, este crescimento se deve também ao fato da proximidade da Samarco com o município, principalmente após sua expansão concluída em 1997 com a utilização de 2.000 trabalhadores que, segundo os que defendem esta tese, podiam trabalhar tanto nas obras de ampliação da usina, quanto na construção civil em Guarapari.

Mesmo a cidade de Piúma, que também é uma cidade litorânea e fica a 12 Km ao sul de Anchieta, obteve um crescimento demográfico maior, apesar de possuir uma economia menos estruturada por não possuir uma grande indústria, mas, por ter uma forte tradição no turismo de lazer, o que incentivou a construção de imóveis, principalmente na orla, gerando assim a necessidade de mão de obra para a construção civil, o que segundo moradores é o fator de aumento populacional.

---

<sup>53</sup> Informação da secretaria de obras de Guarapari.

Na opinião de funcionários da secretaria de obras da cidade acredita-se que este aumento mais acentuado se deu após a construção da segunda usina da Samarco, onde parte dessa mão de obra teria se mudado para a mesma, devido a uma maior necessidade de trabalhadores na construção civil após o término das obras na mineradora, uma vez que este mercado em Anchieta é menos dinâmico, sendo que Piúma saltou de cerca de 12.000 habitantes em 1996 aproximadamente 17.000 em 2003.

No caso de Anchieta podem ser identificadas algumas peculiaridades como a dicotomia entre uma receita prevista para 2005 de aproximadamente R\$ 53 milhões, segundo a Secretaria de Planejamento local e, uma população de pouco mais de 20.000 habitantes (IBGE, 2000).

Sua rede bancária é relativamente bem montada, contando com 3 agências (Banco do Estado do Espírito Santo – Banestes; Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), além de um posto do Bradesco que funciona na agência dos Correios.

Porém, Anchieta não possui nenhum supermercado de grande porte<sup>54</sup>, nenhuma escola particular que atenda todas as séries<sup>55</sup>, o comércio é diversificado, porém não há uma loja de grande porte, curiosamente apesar de seu movimento turístico na alta temporada ser bastante intenso, a cidade não possui sequer um semáforo.

Estes contrastes é que tornam Anchieta única, de um lado tecnologia de ponta e uma empresa interligada com o mundo, de outro uma receita forte e crescente, com possibilidades de investimentos em diversos setores das políticas públicas, e ainda, uma infra-estrutura que precisa ser planejada, uma vez que a relativa baixa ocupação territorial, possibilita ações que garantam uma melhor qualidade de vida para a população.

Ou seja, Anchieta ainda pode crescer sem precisar ter os mesmos problemas que a maioria dos municípios capixabas tiveram com o crescimento acelerado, inclusive, a cidade já dispõe de instrumentos de gestão urbana como Código de Obras, Código de Posturas e de Uso e Parcelamento do Solo.

---

<sup>54</sup> Funcionam hoje na sede 3 supermercados, deste somente um faz parte de uma rede regional de supermercados.

<sup>55</sup> Há uma escola particular de ensino fundamental onde nota-se uma diminuição no seu quadro de alunos e uma faculdade particular mantida por uma fundação, atualmente com o curso de Pedagogia e em processo de licenciamento.

Contudo, é importante ressaltar que o município ainda não dispõe de um Plano Diretor<sup>56</sup>, mesmo com todo o aumento da receita principalmente nos últimos anos.

Teoricamente, até a alguns anos, o município não estava obrigado a fazer o Plano por não possuir 20.000 habitantes, conforme estipulado pela Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade), porém o aumento da atividade industrial capitaneada pela Samarco já apontava uma tendência de crescimento e a elaboração do Plano Diretor seria uma forma de antecipar ações que direcionassem melhor o crescimento da cidade.

Ocorre que este não é um problema exclusivo de Anchieta, uma vez que, segundo reportagem do Jornal A Gazeta do dia 12 de junho de 2005, isto acontece com vários outros municípios:

“Dos 31 municípios capixabas que devem ter o plano por contarem com mais de 20.000 habitantes ou estarem na região metropolitana, 22 não têm PDU, sendo que seis nem começaram a elaborar o plano. Dos 9 que têm PDU elaborado, apenas dois já terminaram a revisão do planejamento, que deve ser feita a cada 10 anos.” (JORNAL A GAZETA, 12/06/2005).

Economicamente o município de Anchieta possui uma estrutura bastante sólida e com perspectivas de crescimento, uma vez que sua principal fonte arrecadadora se encontra em uma multinacional que investiu e pretende continuar investindo no aumento de sua produção e na diversificação de suas atividades portuárias, o que por certo beneficiará a ambos.

Politicamente a cidade ganha força no estado, uma vez que sua economia a credencia a pleitear ações concretas na atração de investimentos, principalmente neste período onde estão sendo descobertas novas jazidas de petróleo na região sul do Espírito Santo, tendo em vista que existem possibilidades de utilização do município a ser incluído na rota dos investimentos petrolíferos, com especulações até mesmo de instalação de uma refinaria de petróleo, além de uma série de indústrias que atuam no ramo e que já trabalham na cidade produzindo produtos a serem utilizados pelas empresas petrolíferas.

---

<sup>56</sup> Segundo a Secretaria de Desenvolvimento de Anchieta, foram lançados o Plano Diretor Municipal e a Agenda 21 do município numa parceria da Prefeitura com a Samarco Mineração, ainda em fase elaboração.

Como exemplo, podemos citar a SOCORIL<sup>57</sup> – Uma empresa argentina que trabalha com revestimento de tubos para a condução de gás natural, que havia trabalhado dentro da área da Samarco Mineração entre os anos de 2002 e 2003, além da Brasil Supply, empresa que produz fluidos utilizados na lubrificação de sondas de perfuração de poços de petróleo.

---

<sup>57</sup> Hoje Socotherm, que construiu toda uma nova unidade industrial em uma área pertencente à Samarco, próximo ao bairro Recanto do Sol.

## 4 CAPÍTULO III: ANCHIETA, SAMARCO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

### 4.1 PRINCÍPIOS DA ATUAÇÃO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL:

Apesar de o conceito de *Responsabilidade Social* possuir enorme complexidade, estar ainda em construção e suas origens não serem tão novas quanto se pode pensar, o que não pode passar despercebido são as ações empresariais realmente com o intuito de atuar na solução ou diminuição de problemas sociais.

Ou seja, a febre de atuação socialmente responsável não pode encobrir o real objetivo de solução de problemas sociais via empresas, sendo necessário identificar criticamente quais os projetos realmente de âmbito social.

“Este ressurgimento da proposição da Responsabilidade Social no contexto das economias caracterizadas pela forte presença da exclusão social, como elemento restritor do desenvolvimento sustentado, requer uma reflexão mais aprofundada sobre a própria definição do conceito. É preciso esclarecer quais tipos de atividades configuram o que se pode chamar da atuação social das empresas. E, neste aspecto, pode-se dizer que, tanto a prática, quanto a teoria estão navegando em terreno pantanoso” (FISHER, 2002, p. 76-77).

Além disso, tais atuações sociais são ainda bastante novas no contexto nacional, o que pode levar a falhas na estratégia de aplicabilidade dos referidos projetos, sendo necessário compreender as limitações da atuação empresarial, bem como o seu comprometimento com o assunto.

“No Brasil, a propagação da idéia de responsabilidade social das empresas é bastante recente. As primeiras discussões remontam a meados da década de 1970, tendo como protagonista a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE) Brasil, cujo objetivo inicial era promover o debate sobre o balanço social...” (ASHLEY, 2004, p.73).

“... Esse questionamento é importante para esclarecer o que está presente no discurso, possibilitando extrair perspectivas quanto aos trabalhos que serão efetivamente realizados. A idéia não é promover a universalização conceitual da responsabilidade social, até porque a liberdade de criação e a flexibilidade são pontos indispensáveis em ações sociais corporativas, mas saber o nível de comprometimento existente entre a missão social da empresa e a posterior aplicação prática do conteúdo.” (ASHLEY, 2004, p. 75-76).

É importante ainda identificar a quem interessa uma atuação socialmente responsável, principalmente por existirem críticas a empresas que utilizem tal doutrina.

“Os argumentos contra a responsabilidade social das empresas têm sido mais fervorosamente articulados por Milton Friedman, embora outros autores, como Neil Chamberlain e Hanry Manne, compartilham suas idéias. Para eles, a única responsabilidade que a empresa tem é conseguir lucro, otimizando o uso dos recursos organizacionais, e conseqüentemente aumentar o retorno do capital para os acionistas.” (ASHLEY, 2004, p. 10).

Na busca pela minimização das críticas a esta doutrina e na ampliação dos resultados de seus projetos sociais, as empresas desenvolveram justificativas e estratégias para tal fim, além de redefinir sua atuação social.

Um dos caminhos mais utilizados pelas empresas refere-se às parcerias entre estas com comunidades e poder público como forma principalmente de obter maior credibilidade em suas ações.

“O modelo trissetorial contém, como característica particularmente importante de sua configuração, as áreas de interseção dos setores, as quais asseguram a consistência do conjunto e, nelas, a presença de organizações híbridas, que não apenas fazem a interface, mas carregam em si atributos de mais de um setor. São nessas áreas e através dessas organizações que se torna possível o fluxo de ações capazes de superar as debilidades específicas de cada setor, ao mesmo tempo que se potencializam as características alavancadoras das instituições em interação.” (FISHER, 2002, p. 32).

Uma outra estratégia empresarial diz respeito à criação de seu “braço social”<sup>58</sup>, o que pode ter como vantagem uma ação mais flexível na aplicabilidade de estratégias de *Responsabilidade Social*, com maior autonomia e gestão. Por outro lado, pode-se incorrer no erro de surgir uma postura autoritária da própria empresa em relação a seu “braço social”, dificultando parcerias com atores sociais.

Há ainda as parcerias público-privado que se têm mostrado bastante dinâmicas, possibilitando a atuação de ambos os setores na busca pela solução de problemas sociais, o que pode ser interessante e vantajoso.

Esta forma de atuação social é percebida desde o final da década de 1970 na Europa e Estados Unidos, sendo que no Brasil é uma prática mais recente.

“No Brasil, a valorização da parceria público-privado nas administrações públicas locais é mais recente – data, sobretudo da década de 90, a multiplicação de experiências de colaboração financeira e administrativa de empresas privadas no planejamento/execução de projetos de desenvolvimento urbano e na realização de obras e serviços locais, sendo a maior parte delas pouco conhecida e/ou estudada.” (PFIFFER, 2001, p. 35).

Fato interessante neste contexto traduz-se na necessidade de adequação de dois setores com dinâmicas bem diferentes, no caso do setor público tido como “lento” com uma demora maior em modernizar-se e, do setor privado aonde as inovações chegam mais rapidamente.

---

<sup>58</sup> Segundo Fisher, 2002, este é o caminho mais freqüente para uma organização corporativa manter suas linhas de ação social, criando um instituto ou fundação, que tem personalidade jurídica própria, assumindo as funções de responsabilidade social da empresa.

Vale ainda ressaltar que atuação das parcerias público-privado pode ocorrer através de contribuições financeiras, empreendimentos privados de interesse coletivo indo até acordos de cooperação de planos estratégicos para o desenvolvimento das cidades<sup>59</sup> (PFIFFER, 2001).

É importante para tanto entendermos o que se classifica como parceria público-privado, principalmente quando percebemos que tal fato implica na atuação empresarial para resolver problemas até então sob a responsabilidade do poder público:

“Por parceria público-privado está-se entendendo, nesse trabalho, o envolvimento ou a colaboração de *empresas privadas* na realização de atividades em princípio de competência de administrações públicas locais...” (PFIFFER, 2001, p. 31).

Com base neste conceito, estaremos analisando mais detalhadamente o que tem sido percebido recentemente como uma aproximação até então não proposta ou efetivada entre a Samarco Mineração e a Prefeitura de Anchieta.

## 4.2 PROJETOS SOCIAIS DA SAMARCO MINERAÇÃO

“Sabemos que os esforços para criar valor para todas as partes interessadas, conforme descrito em nossa Missão, Valores e Objetivos, a sustentabilidade dos nossos negócios dependem não só de bons resultados econômico-financeiros, mas do seu equilíbrio com as dimensões ambiental e social de nossas atividades. Por isso, temos o compromisso de evoluir continuamente nesses aspectos.”

“Em relação ao meio ambiente, foi um ano sem incidentes, marcado pelo desenvolvimento de um novo modelo de indicadores de desempenho ambiental.

Na área social, merecem registro os avanços no diálogo com as nossas partes interessadas e os projetos que buscam contribuir para colocar as comunidades do nosso entorno no caminho do autodesenvolvimento, como o programa de Formação e Recuperação para a Qualificação Profissional, voltado para o desenvolvimento de lideranças, geração de renda e resgate da cidadania.”

---

<sup>59</sup> Com relação a este último item estaremos tratando mais adiante a parceria entre Samarco Mineração e Prefeitura de Anchieta especificamente.

(parte de pronunciamento do Presidente da Samarco Mineração, José Tadeu de Moraes, Relatório Anual Samarco 2004, p. 8 e 9).

Partindo deste pronunciamento, podemos perceber uma nova postura da empresa no que diz respeito a sua preocupação não só com as questões econômico-financeiras, mas também com relação às áreas de meio-ambiente e social.

No entanto, segundo a empresa através da Área de Comunicação Social e do Setor de Relações com as Comunidades, estas não são preocupações novas da empresa, pois a mesma iniciou suas atividades sócio-ambientais nos anos 1990<sup>60</sup>.

Na busca por informações mais detalhadas sobre as ações da Samarco Mineração na área de Responsabilidade Social, identificou-se que realmente a empresa criou diversificados projetos envolvendo comunidades de seu entorno.

Alguns destes como o Dente de Leite, o Salvamar e o Curso de Formação Continuada em Educação ambiental, são mais conhecidos da população local. Por outro lado, outros não conseguiram o mesmo alcance.

No entanto, o que cabe inicialmente destacar é que, apesar de a empresa afirmar que suas ações sócio-ambientais são da década de 1990 (sem data específica), a grande maioria dos projetos iniciou-se entre os anos de 1999 e 2000, ou seja, há um espaço não mensurado entre o que a Samarco Mineração diz ser seu início de atuação nessa área e a efetivação de seus projetos.

Contudo é nítida hoje a mudança de postura da empresa em relação à comunidade de Anchieta, demonstrada pela disposição da Samarco em atuar conjuntamente com a administração local e as entidades representativas devidamente legalizadas.

Mas por que esta mudança de postura? Aproveito para citar novamente Pfiffer:

“Esta constatação me levou a formular a seguinte questão: por que empresas privadas, com as características acima destacadas, estão atuando aparentemente na direção da resolução de problemas da cidade

---

<sup>60</sup> Em entrevista com o Sr. Fausto Lara, Consultor de meio ambiente da empresa e funcionário da mesma há mais de 20 anos e em visita à empresa, sendo recebido por Larissa Barbosa da Área de Comunicação Social, não foi precisado o ano de início destas atividades sócio-ambientais.

que, até muito recentemente, eram de responsabilidade da Administração Pública Municipal e/ou assumidos por entidades filantrópicas?” (PFIFFER, 2001, p. 12).

Há respostas diferentes para este questionamento:

“Esta mudança de comportamento empresarial não é exclusiva da Samarco Mineração, mas é uma evolução, uma tendência global de mercado”  
(Larissa Barbosa, funcionária da Samarco do Setor de Relação com as Comunidades)

“Ah, a Samarco tá fazendo isso por que há alguns anos já sabia da terceira usina e precisava fazer esses projetos para ter licenciamento”.  
(Membro da Associação Comunitária de Mãe-Bá)

Analisando a questão sob o ponto de vista da administração pública local, a idéia que se tem está diretamente relacionada à melhoria da imagem da empresa no município:

“A Samarco tem atuado em projetos sócio-ambientais, pois além de uma exigência de mercado, é interessante para a mesma ter seu nome associado a estas iniciativas nas comunidades de seu entorno”.  
(Funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Econômico de Anchieta)

Dentre os diversos projetos sócio-ambientais da Samarco Mineração desenvolvidos no município de Anchieta, podemos iniciar pelo **Curso de Formação Continuada em Educação Ambiental**<sup>61</sup> que atende diretamente professores da rede pública a fim de que os mesmos possam disseminar ações voltadas para a preservação ambiental dentro de suas comunidades através do **Prêmio Samarco de Meio Ambiente** com o desenvolvimento de projetos ambientais criados por alunos das referidas escolas.

---

<sup>61</sup> O curso é aplicado também em outros municípios onde a Samarco possui algum tipo de atividade ou exerce alguma influência.

“O curso para professores de escolas públicas, oferecido no Espírito Santo (Guarapari, Alegre, Guaçuí, e Muniz Freire) há seis anos e em Minas Gerais (Mariana e Ouro Preto) há dez anos, busca capacitar os participantes para trabalhar a educação ambiental na sala de aula. Ao final, os professores desenvolvem projetos para suas escolas e as melhores idéias de cada município são implantadas com financiamento da Samarco. Um total de 212 professores participou do curso em 2004 (29 em Minas Gerais e 183<sup>62</sup> no Espírito) e 21 escolas tiveram seus projetos premiados. Os investimentos somaram R\$ 200 mil. A meta para 2005 é estender o programa a lideranças comunitárias, ONG's ambientais e às secretarias municipais ligadas ao meio ambiente.” (RELATÓRIO..., 2004, p.112).

Tal projeto mostrou-se importante por dois fatores em especial: primeiro pela iniciativa pioneira da empresa na região, envolvendo professores de escolas públicas em ações de educação ambiental e, segundo pelo fato de a grande maioria destes profissionais da educação não disporem de recursos próprios para estarem investindo em seu aprimoramento profissional.

Além disso, a possibilidade de por em prática projetos ambientais desenvolvidos por alunos com financiamento da empresa, estimula a participação popular em ações de interesse coletivo, no caso na preservação ambiental.

O **Projeto Dente de Leite** também merece ser citado, uma vez que o público alcançado por ele é considerável, além de seu desempenho em parceria com o poder público local ser bem sucedida.

“Workshops para professores, palestras para pais, escovação supervisionada nas escolas e levantamento do quadro da saúde bucal, incluindo índice de placa bacteriana, fizeram parte das atividades do programa Dente de Leite, voltado para ações educativas e preventivas e para a assistência odontológica a crianças de escolas públicas de Anchieta, Espírito Santo.” (RELATÓRIO..., 2004, p. 113).

Ainda segundo o Relatório Anual, somente no ano de 2004, foram investidos R\$ 74 mil no projeto, tendo sido atendidas 2.500 crianças de 0 a 12 anos, sendo ainda realizados 1.920 levantamentos de placas bacterianas, 2.800 aplicações de

---

<sup>62</sup> Como 4 municípios do Espírito Santo foram beneficiados pelo curso, a empresa não soube informar quantos professores de Anchieta foram beneficiados pelo mesmo.

flúor e 138.000 escovações supervisionadas, envolvendo cerca de 1.700 pais e professores em palestras sobre saúde pública<sup>63</sup>.

Atualmente 10 escolas são atendidas pelo programa, sendo elas: Escola Municipal de Mãe-Bá, Escola Municipal de Ubú, Pré-Escola Élon Garcia – Ubú, Escola Municipal de Parati, Escola Municipal Amarílis Fernandes Garcia, Escola Municipal Nova Esperança, Escola Municipal Jocelina Nogueira, Escola Municipal Ponta dos Castelhanos, Escola Municipal Praia dos Castelhanos e Escola Municipal Padre Anchieta.

Há que se destacar também que este programa conta com a parceria da prefeitura de Anchieta, através das secretarias municipais de saúde e educação, que entre outras responsabilidades devem realizar o tratamento restaurador, fornecer kits de escovação diária (escova, pasta e fio dental), disponibilizar áreas nas escolas para a realização das atividades de manutenção dos escovódromos<sup>64</sup>.

Entre as obrigações da Samarco Mineração encontra-se a contratação de dentista que estará na coordenação geral do programa, monitorando seu desenvolvimento, propondo ações, capacitando e acompanhando profissionais envolvidos no mesmo, além de a empresa ser a responsável pela produção de material promocional e divulgação nas comunidades, no município e no estado.

Assim, entende-se a importância do programa não só pelo fato dos resultados positivos na prevenção e combate às cáries nas crianças, como também pelo trabalho conjunto entre a maior empresa privada da região e o poder público local.

Outro projeto da Samarco Mineração é o **Salvamar**, que é definido assim pela empresa:

“Programa de educação ambiental que se baseia na conscientização da comunidade pesqueira quanto à forma adequada de descarte do óleo combustível das embarcações. Coletores foram instalados nas áreas em que os pescadores atracam seus barcos em Guarapari e Anchieta, no Espírito Santo, a fim de permitir o recolhimento do material.” (RELATÓRIO..., 2004, p.117).

---

<sup>63</sup> Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, houve uma redução de 50% do índice de cáries referente às escolas de Mãe-Bá, Ubu, Parati e Pré-Escola Élon Garcia.

<sup>64</sup> São lugares apropriados onde os alunos das escolas podem escovar seus dentes de forma coletiva.

O projeto também se mostra bastante interessante do ponto de vista ambiental uma vez que todo o óleo recolhido em das embarcações é encaminhado para o que a empresa chama de “*rerrefino*”<sup>65</sup>, oferecendo ainda para os pescadores participantes a condição de adquirir óleo a preço de custo.

Segundo o Relatório Anual 2004, 1.200 pescadores estão envolvidos no projeto atualmente, sendo que o mesmo foi estendido para Piúma a partir do ano de 2005.

O projeto **Tavivamar** é outra iniciativa sócio-ambiental da empresa iniciado em parceria com a prefeitura municipal de Anchieta, através da secretaria municipal de meio ambiente. Atualmente está funcionando como Tamar-Ibama que atua diretamente na preservação das tartarugas marinhas:

Há informações controversas com relação ao nome do projeto, pois tanto a prefeitura local quanto a Samarco expõem opiniões divergentes sobre o assunto:

“O projeto Tavivamar não existe mais, ele foi substituído pelo projeto Tamar-Ibama pois sua abrangência e estrutura são muito maiores, o que oferece maior qualidade ao mesmo.”  
(informação da Área de Comunicação da Samarco Mineração)

“O Tavivamar é um projeto em plena atividade que não conta hoje com o patrocínio da Samarco Mineração que optou por repassar recursos para o Tamar, no entanto isso não significou a extinção do projeto municipal.”  
(informação da secretaria municipal de meio ambiente de Anchieta)

Conforme o Relatório Anual Samarco 2004, são protegidos 66 ninhos de tartarugas em média, totalizando 6.300 filhotes aproximadamente, sendo ainda gerados cerca de 400 empregos para pessoas da região<sup>66</sup>.

Seguindo esta linha de projetos voltados para a preservação e recuperação ambiental, a Samarco Mineração possui ainda o **Projeto Árvores**, descrito assim pela empresa:

“Busca minimizar os impactos ambientais causados pelas emissões atmosféricas da empresa e de outras fontes (como estradas não-pavimentadas e queimadas) por meio da arborização das comunidades de

---

<sup>65</sup> Expressão usada no Relatório Sócio Ambiental Samarco, s.d.

<sup>66</sup> No Relatório Anual não se especifica quais os tipos de empregos gerados com o projeto, a única informação que se tem por parte da Área de Comunicação Social da Empresa é que a maioria destes postos é informal baseando-se na comercialização de artesanato.

Ubu, Parati, Recanto do Sol, Guanabara e Castelhanos no Espírito Santo”. (RELATÓRIO..., 2004, p. 116).

O Projeto Árvores foi criado em 1999, sendo que até hoje já foram plantadas mais de 7mil mudas, além da realização de quatro feiras para a troca de experiências, plantio de hortas nas escolas e ainda a formação de uma Brigadinha Ecológica Mirim em 2004, segundo o Relatório Anual Samarco do mesmo ano.

A empresa também desenvolveu o **Taboa-Lagoa** que busca preservar e revitalizar a lagoa de Mãe-Bá além de contribuiu com geração de renda para as comunidades ribeirinhas:

“A Samarco em parceria com a comunidade/escola, organizações não governamentais (ONGS) e órgãos públicos, vem desenvolvendo o TABOA-LAGOA – Programa de Gestão e Educação Ambiental que visa promover cursos, feiras, oficinas e eventos de educação e sensibilização ambiental. O objetivo é fomentar a sustentabilidade das comunidades do entorno da lagoa, por meio de atividades de geração de renda, contribuindo para a preservação e revitalização da Lagoa de Mãe-bá. (Encarte do Programa TABOA-LAGOA, s.d.).

Uma das características deste projeto se baseia na idéia de utilizar, por exemplo, a taboa<sup>67</sup> na produção artesanal com possibilidade de comercializar os produtos revertendo estes recursos para as comunidades envolvidas no projeto.

Segundo a Área de Comunicação Social a Samarco não só desenvolve projetos como também busca o envolvimento de seus funcionários nos mesmos. Por isso desenvolveu também os projetos **Imposto Solidário** e **Dia V**.

O primeiro consiste basicamente em estimular seus empregados a destinarem parte de seu imposto de renda devido para entidades filantrópicas cadastradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Foram repassados em 2004 R\$ 53 mil reais a entidades de Contagem e Mariana em Minas Gerais e Anchieta no Espírito Santos<sup>68</sup>, no entanto, não foram

<sup>67</sup> *Tipha dominguensis*, tipo de vegetação comum às margens de lagoas e represas, sendo suas folhas aproveitadas na fabricação de esteiras, cestas, bolsas, cartões, caixas de presentes, pastas envelopes e ainda para produção de ração animal. Suas grandes espigas contêm paina, usada para enchimento de almofadas e bonecos. Seu caule, riquíssimo em amido, pode ajudar a fazer polvilho comestível. Fonte: Encarte Samarco, s.d.

<sup>68</sup> Fonte: Área de Comunicação Social da Samarco Mineração.

divulgados os nomes das entidades atendidas e nem os valores distribuídos para as mesmas.

Com relação ao Dia V, o início do projeto se deu em Minas Gerais através da Federação das Indústrias daquele estado, e procura incentivar as empresas a desenvolverem ações de cidadania onde no ano de 2004 foram envolvidos mais de 300 empregados e prestadores de serviços para as cidades de Ouro Preto, Mariana e Belo Horizonte em Minas Gerais, além de Anchieta e Vitória no Espírito Santo<sup>69</sup>.

O **Programa Ceape** (Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor) consiste em oferecer apoio a empreendedores de pequeno porte, para que com isso possam se desenvolver comercialmente.

É uma entidade sem fins lucrativos que recebe apoio das maiores empresas do Espírito Santo como Companhia Vale do Rio Doce, Arcelor/CST, Belgo Mineira e Água Branca<sup>70</sup>, do BNDES, além do Banco Interamericano de Desenvolvimento, dispondo o programa de três formas de financiamento:

- *Financiamento do capital de giro:*  
Permite obter recursos para a compra e venda de matérias-primas e/ou mercadorias acabadas para revenda;
- *Financiamento para capital fixo:*  
Recursos para aquisição de máquinas e equipamentos, visando à modernização e ao aumento da produtividade da empresa;
- *Financiamento das vendas:*  
Forma de crédito que permite obter, à vista, recursos das vendas realizadas a prazo. Em troca do empréstimo, o micro-empresário dá ao Ceape/ES cheques pré-datados e/ou duplicatas recebidas de seus fregueses;

O Ceape teve início em Anchieta no ano de 1997, com o apoio da Samarco Mineração e Prefeitura Municipal de Anchieta, onde foram disponibilizados estrutura e espaço físico para o funcionamento do posto de atendimento em Anchieta.

---

<sup>69</sup> Informações obtidas no Relatório Anual Samarco 2004, sendo que não foram especificados valores ou serviços prestados pelas empresas e funcionários nas comunidades atendidas.

<sup>70</sup> Esta última do ramo de transportes e logística.

Até dezembro de 2004 a “carteira” de Anchieta, havia liberado 155 créditos desde seu funcionamento, totalizando R\$ 363.646,58, com uma média de R\$ 2.346,61 centavos<sup>71</sup>.

Vale ressaltar que o Ceape teve início no exterior, sendo trazido para o Brasil na década de 1990, sendo posteriormente introduzido no Espírito Santo e, em particular em Anchieta.

Há ainda o **Projeto Belo Horizonte**, assim denominado, pois envolve especificamente a comunidade de mesmo nome que está inserida em área de influência direta, projeto este elaborado com o seguinte objetivo:

“Projeto de desenvolvimento da comunidade de Belo Horizonte em Anchieta, no Espírito Santo, para a criação de agroindústria e associação comunitária locais. Em 2004 foram oferecidos cursos de aperfeiçoamento em técnicas agrícolas, microbiologia e conservação de alimentos. Cerca de 50 agricultores da comunidade receberam suporte técnico agrícola”. (RELATÓRIO..., 2004, p.121).

Com relação à agroindústria, o projeto prevê uma parceria entre Prefeitura de Anchieta e Samarco, sendo que a empresa estaria cedendo uma área de aproximadamente 40 hectares para que os moradores e agricultores da comunidade possam plantar mandioca para a produção e comercialização de farinha.

A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Agricultura, com recursos do Pronaf<sup>72</sup> e próprios, estaria instalando o maquinário para a industrialização do produto, além de oferecer suporte técnico para acompanhamento do projeto.

Com relação à comunidade, a Samarco estaria financiando a reestruturação da Associação de Moradores, que seria transformada em Associação Comunitária, passando por uma modificação de seu estatuto e tendo garantido seu registro com recursos da Samarco Mineração.

Com base nestes projetos sócio-ambientais desenvolvidos pela Samarco Mineração, percebe-se por parte da empresa uma tendência de maior aproximação com as comunidades e com o poder público local.

---

<sup>71</sup> Todas as informações obtidas sobre o Ceape/ES foram disponibilizadas pela Área de Comunicação Social da Samarco Mineração, com auxílio do Sr. Itamar Antônio Silva, Conselheiro Fiscal do Ceape Nacional e funcionário da Área Financeira da empresa, além de levantamentos feitos junto ao posto do Ceape/ES de Anchieta.

<sup>72</sup> Programa Nacional de Agricultura Familiar, do Governo Federal que subsidia a atividade agrícola via prefeituras de todo o país.

No entanto, sob a luz dos conceitos de *Responsabilidade Social* apresentados neste trabalho, pode-se fazer uma análise mais aprofundada sobre os mesmos.

É o que se propõe na continuação deste estudo.

#### 4.3 ASPECTOS CONCEITUAIS DOS PROJETOS DA SAMARCO: MINERAÇÃO

Muitos estudiosos ainda buscam explicar a expressão *Responsabilidade Social* através de novas pesquisas e trabalhos, como Márcia Maria de Carvalho que traz definições diferentes:

“A idéia tem variados fundamentos e defensores, podendo ser: ideologia da igualdade social; ideologia de fundamento religioso; defesa da livre iniciativa (por meio da construção da idéia de que a empresa pode resolver os problemas sociais, portanto tais atividades devem ser deixadas a seu cargo); estratégia de marketing empresarial (em busca de ganhos financeiros possibilitados pelo envolvimento da empresa com causas sociais); estratégia para a resolução de problemas operacionais (resolução de problemas sociais como forma de amenizar problemas que afetem as operações da empresa).” (CARVALHO, 2001, p.124)

Contudo, em uma coisa os diversos estudiosos sobre o assunto concordam, seja em primeiro ou segundo plano: as idéias sobre *Responsabilidade Social* têm em comum o desejo ou a intenção de diminuir as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo, acentuadas especialmente em países pobres, após a expansão neoliberal sob os efeitos globalização econômica.

“A preocupação com as implicações das atividades econômicas na sociedade seria a semente da idéia da responsabilidade social empresarial [...]. Entretanto, já nos primórdios do capitalismo, a noção de responsabilidade social empresarial consta, nas proposições de que as atividades econômicas, orientadas pelo desejo individual do lucro teriam que estar fundadas em princípios éticos e morais, sendo que somente dessa forma o sistema realizaria sua função de proporcionar benefício a todos.” (CARVALHO, 2001, p. 124).

“A fase do capitalismo monopolista acrescentou ingredientes a este debate, quando a expansão da economia industrial deu contornos mais nítidos aos desequilíbrios da distribuição social entre os incluídos e os excluídos nos mercados onde se dão as relações econômicas de produção.” (FISHER, 2002, p. 73).

Outro fator preponderante na tendência de as empresas buscarem agir de forma mais contundente no meio social na opinião de vários autores, diz respeito ao “enfraquecimento” do Estado ante ao avanço neoliberal:

“Foi o que aconteceu nas duas últimas décadas do século XX, quando o discurso neoliberal sobre o Estado varreu as economias mundiais. O vácuo teórico e a incapacidade de gestão dos Estados nacionais, fenômenos que se seguiram à crise pós-Keynesiana, abriram espaço para os sempre ardorosos defensores do *Estado mínimo*. A redução das dimensões do Estado foi apresentada como fundamental para resolver os problemas de um setor público estrangulado por suas dívidas.” (DUPAS, 2003, p. 69-70).

Segundo Fisher (2002), as empresas deveriam produzir produtos e serviços para os consumidores e clientes, multiplicar o capital investido através do lucro e gerar empregos necessários para a produção e comercialização, onde o pagamento de salários justos geraria uma dinâmica harmoniosa, fazendo crescer o mercado e também a renda nacional.

No entanto, isto não ocorreu e, ao contrário o que tem sido relevante é a acumulação do capital e o agravamento das distâncias sociais reforçando as diferentes formas de relações sociais pautadas nas antagônicas esferas de força e poder.

Indiscutivelmente o que se tem percebido ultimamente é um movimento acelerado de cobrança por parte da sociedade, e como aparentemente as instituições privadas estão mais bem preparadas para dar respostas a estas cobranças, nota-se uma interação maior entre o setor privado e a sociedade civil organizada.

No entanto, muito mais do que pretenderem suprir as necessidades de uma sociedade ávida por investimentos em áreas de seu interesse pode-se analisar tal momento como uma estratégia empresarial de melhorar seu relacionamento e até mesmo sua imagem frente à população em geral.

É também importante mencionar que as empresas atendem a outras determinações não só da sociedade, mas também do poder público e do próprio mercado. As empresas definem normas para aceitação do produto no mercado internacional através da Organização Internacional de Normatização - ISO<sup>73</sup>, cujo conjunto “ISO 9000” de controle de qualidade, a “ISO 14000” referente às questões ambientais e mais recentemente, a “ISO Social”<sup>74</sup>, caracterizada pelas normas Social Accountability – AS 8000, emitida em 1997 pela Council on Economic Priorities Accreditation Agency – CEPAA, sendo alterada no ano de 2000 para Social Accountability Internacional – SAI, sendo a sigla SA proveniente de Social Accountability<sup>74</sup>.

Há ainda a AA 1000 (AccountAbility 1000)<sup>75</sup>, que foi lançado em 1999, sendo o primeiro padrão internacional de gerenciamento de responsabilidade social, com o objetivo de fornecer uma ferramenta prática para guiar as organizações no aperfeiçoamento e na comunicação da responsabilidade social.

No Brasil, o Instituto Ethos objetivando difundir a Responsabilidade Social Empresarial, que desenvolve ações e programas para seus associados e para a comunidade de negócios em geral, elaborou um modelo que avalia a responsabilidade social das empresas brasileiras por meio de um questionário a ser preenchido pelas mesmas, atuando também na conscientização sobre o tema, a fim de que o mesmo seja difundido em toda sociedade através dos melhores exemplos de responsabilidade social praticado por elas<sup>76</sup>.

Obviamente, toda a estrutura mercadológica montada a partir das idéias de *Responsabilidade Social*, aponta para rumos ainda não muito claros. Existe espaço para questionamentos variados e, trazendo isso para o âmbito das ações sócio-ambientais da Samarco Mineração em Anchieta, podemos perguntar, por exemplo: quem se beneficiará das ações empresariais de *Responsabilidade Social*? Quais os limites destas ações? A(s) metodologia(s) implementada(s) é ou são correspondente(s) aos desejos das comunidades atingidas por estes projetos e programas?

---

<sup>73</sup> Sigla em inglês.

<sup>74</sup> Dados obtidos junto ao Suplemento Especial do Jornal A Gazeta – Gestão Empresarial sobre Responsabilidade Social de 30 de novembro de 2003.

<sup>75</sup> É importante destacar que o AA 1000 é um padrão, mas não uma certificação social. Não estabelece níveis a serem alcançados, nem verifica conformidades segundo um ideal, mas mostra como fazer para alcançar metas específicas de responsabilidade social e leva em consideração diferenças entre organizações. Id Ibidem.

<sup>76</sup> Fonte: Instituto Ethos – [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br).

Historicamente pode-se analisar a relação da Samarco Mineração com a comunidade de Anchieta como uma situação de baixa interação, ou seja, não haviam sido percebidas efetivamente ações que representassem parcerias entre a empresa e a população de seu entorno.

Além disso, o próprio relacionamento com as comunidades de seu entorno e atingidas mais diretamente por seus impactos, não foi inicialmente pautado em ações conjuntas e de parceria, o que provavelmente criou uma imagem de que a empresa estaria apenas preocupada com sua produção e seus lucros.

No entanto é importante destacar que esta postura não era exclusividade da Samarco Mineração, mas que as empresas de uma forma geral não possuíam esta visão de atuação social, e que esta mudança de comportamento se deu por uma adequação das mesmas a exigências do mercado, aliadas a uma nova postura da sociedade civil em especial e uma maior autonomia do poder público local.

Em Anchieta, ao longo destes 27 anos de Samarco Mineração, construiu-se o que podemos chamar de “*geração Samarco*”, uma vez que devido ao tempo que a empresa está instalada no município, já formamos uma geração da qual todos já sofreram, direta ou indiretamente as conseqüências sócio-econômicas do investimento, sem mencionar a questão ambiental.

De qualquer forma não só a cidade passou por transformações, mas a empresa também, e hoje, muitas atividades que eram desempenhadas em Belo Horizonte (Minas Gerais), são desenvolvidas dentro das unidades de exploração e produção, muitos funcionários que a Samarco mantinha na capital mineira, hoje atuam dentro dos pátios da indústria, tal fenômeno não se deu por acaso, mas sim pela necessidade de uma readequação da estrutura empresarial a uma nova realidade de mercado e social.

Partindo do pressuposto de que:

“Responsabilidade social pode ser também o compromisso que a empresa tem com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida dos empregados,, suas famílias e comunidade em geral”. (JARAMILLO, ANGEL, 1996 apud ASHLEY, 2004, p. 7).

Gostaria de iniciar a análise dos projetos sócio-ambientais da Samarco Mineração com o seguinte questionamento: até que ponto estes projetos contribuem para o efetivo melhoramento da qualidade de vida da comunidade como um todo?

Obviamente que diversos outros questionamentos poderiam ser feitos, mas para fins de análise deste trabalho, me limito a levantar esta questão inicialmente.

Para tanto, é necessário compreender o que pensam a respeito do assunto as pessoas diretamente envolvidas e atingidas pelos projetos.

“É assim que a Samarco transforma sua atividade em responsabilidade social: mantendo relacionamentos pautados por respeito, confiança e cooperação, com o objetivo de gerar valor para todas as partes interessadas”. (RELATÓRIO..., 200?).

Ou seja, na visão da empresa ela busca um estreitamento das relações com as comunidades através dos projetos sociais, a fim de estreitar os laços com a população dentro de sua área de influência direta.

No entanto, para boa parte das comunidades atingidas pelos projetos da Samarco, acredita-se que a empresa começou a desenvolver tais ações por necessidade de aumentar sua credibilidade diante de seus moradores.

Em visita à comunidade de Mãe-Bá, ouvimos moradores locais que defendem a idéia de que a Samarco tem interesse em desenvolver projetos sociais por que isto não exige muito da empresa e é um passo na aproximação com os mesmos.

“A Samarco tem realmente feito alguns projetos na comunidade, o problema é que eles fazem isso pra que a gente não fique falando mal da empresa por que isso não é bom pra ela”. (Depoimento de morador de Mãe-Bá).

Esta poderia ser uma situação onde a análise parte da constatação de que esta seria uma “estratégia de marketing institucional” da Samarco Mineração para melhorar sua imagem junto à população por ela diretamente afetada como trata Pfiffer:

“[...] que as empresas privadas podem se engajar em projetos sociais por mera estratégia de marketing institucional e, pela afirmação, que tal engajamento pode fazer parte de uma mudança de mentalidade da empresa no sentido de considerar que a resolução de problemas sociais brasileiros não compete exclusivamente ao Estado”. (PFIFFER, 2001, p. 18-19).

Tal postura seria também uma nova forma de atuação das empresas junto à sociedade através de atividades desenvolvidas em áreas antes restritas ao poder público, onde o setor privado assume responsabilidades do setor público ou, busca parcerias para tal fim.

Analisando os projetos sócio-ambientais da Samarco junto às comunidades no entorno do empreendimento, vemos que, apesar da relevância e importância dos mesmos, os moradores conhecem muito pouco ou quase nada dos mesmos, bem como há um baixo nível de informação quanto aos resultados destas ações.

É importante destacar duas coisas com relação aos projetos sócio-ambientais da Samarco: 1) a maior parte (talvez todos) dos projetos que envolvam as comunidades e são desenvolvidos pela Samarco Mineração, têm como característica o fato de serem criados dentro da própria empresa sendo depois apresentados às comunidades, ou seja, tais programas chegam prontos às mesmas.

2) a interlocução necessária para o bom desempenho dos projetos, bem como sua permanência, tem sido falha, acredita-se que não por falta de interesse da empresa, mas provavelmente pela dificuldade de relacionamento com a sociedade como um todo, problema esse que precisa ser corrigido caso a empresa tenha realmente o interesse em buscar e/ou continuar agindo de forma socialmente responsável.

É possível que haja uma troca de informações não muito afinada entre os idealizadores dos projetos e os atendidos por eles, nesse caso, há a necessidade de se criar um mecanismo que viabilize tal possibilidade de maior comunicação entre os mesmos.

Provavelmente pensando nisso, a Samarco criou em 2001 o PEC (Programa de Engajamento com as Comunidades)<sup>77</sup>, que envolvia a sociedade civil organizada representada por ONGs, o poder público local e a própria empresa.

---

<sup>77</sup> Este programa tinha como objetivo principal avaliar as potencialidades locais e criar meios de desenvolvê-las através da atuação tri-setorial (sociedade civil, poder público e setor privado) conjunta

O PEC não apresentou resultados efetivos até mesmo por que não se conseguiu no período que se realizavam as reuniões, chegar a um consenso sobre a linha de atuação do mesmo, dificultando assim a real efetivação de ações com base nas idéias do referido programa.

Atualmente o programa não está em funcionamento possivelmente por que a empresa procurou atuar de outra forma para se relacionar com as comunidades de seu entorno<sup>78</sup>.

Uma das possibilidades pode ser a criação de projetos em parceria com o poder público local.

Como destaque podemos citar a criação do Pavilhão de Ensino Tecnológico e Cultural de Anchieta, montado com recursos da Samarco Mineração, sendo que a municipalidade ofereceu como contra-partida toda a estrutura física.

Na realidade a prefeitura desativou o ginásio poli esportivo existente na cidade e cedeu, via convênio, para a Samarco montar o pavilhão.

O objetivo do projeto é estar capacitando mão de obra local e regional para que possa ser utilizada nas obras de expansão (3ª usina) que está prevista para entrar em funcionamento em dois anos.

Há uma parceria entre Prefeitura de Anchieta, Samarco Mineração, Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) e Senai na execução desse projeto que pretende, em um período de dois anos, capacitar 1.350 trabalhadores nos setores de construção civil e metal mecânica.<sup>79</sup>

Como parte também dessa nova fase de relacionamento entre Samarco Mineração e poder público local, a empresa também está custeando com exclusividade a elaboração do Plano Diretor e Agenda 21 Local.

O que muito se questiona é: por que agora? Qual o objetivo da Samarco em agir dessa forma nesse momento? Há realmente um interesse da empresa em agir de forma socialmente responsável?

É importante mencionar que estas não são as primeiras ações da Samarco Mineração em parceria com Prefeitura de Anchieta, como exemplo de parcerias

---

na busca por soluções de problemas inerentes às comunidades locais. Fonte: Workshop 1 PEC – 2001.

<sup>78</sup> A Samarco vem desenvolvendo nos dois últimos anos o Programa Comunidade Cidadã que envolve lideranças comunitárias, representantes do poder executivo local e entidades, com programas de capacitação, objetivando principalmente a atuação junto a comunidades do entorno para a geração de emprego e renda.

<sup>79</sup> Informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, Econômico e Trabalho.

anteriores pode citar os projetos Dente de Leite e Salvarmar que já representavam atuações conjuntas destes setores, no entanto, podem ser apresentados alguns pontos considerados falhos nos mesmos.

O projeto Dente de Leite provavelmente seja o que exija maior interação entre a Samarco Mineração e Prefeitura de Anchieta por toda estrutura necessária para o desenvolvimento do mesmo, além de bons resultados conforme opinião de moradores:

“Pra mim foi muito bom porque os meus outros 3 filhos maiores tiveram muita cárie, já os 2 mais novos tiveram pouca por causa da escovação e do flúor e do fio dental que é dado e até nós mesmo aprendemos com as palestras.”  
(Depoimento de moradora de Mãe-Bá, mãe de alunos atendidos pelo projeto).

Da mesma forma, profissionais da área defendem o projeto:

“O Dente de Leite tem apresentado resultados muito bons, o trabalho preventivo é mais importante que o curativo e com o aumento de escolas atendidas, os resultados têm sido muito bons”.  
(Dentista da prefeitura que atua no projeto).

No entanto, nem todos os projetos desenvolvidos parecem satisfazer as pessoas atingidas como o Dente de Leite, como no caso de Curso de Formação Continuada em Educação Ambiental.

Em visita a três escolas que possuem professores atendidos pelo curso, obtivemos algumas opiniões:

“A grande vantagem do curso é a qualidade dos profissionais que vêm trabalhar com a gente, além da estrutura, no entanto a maior dificuldade é que nas escolas nós não dispomos dos mesmos recursos didáticos oferecidos nos cursos e isso prejudica a aplicação dos conhecimentos adquiridos”.

“Os cursos são muito bons, acontece que eles não são debatidos com os professores antes de ser aplicados, caso houvesse uma consulta da

Samarco, talvez trabalhássemos mais em cima de nossas necessidades diárias”.

“A idéia dos cursos é muito boa até por que isso nos qualifica para o mercado, coisa que não poderíamos fazer com recursos próprios, o problema é que não percebemos uma seqüência nos mesmos”.  
(Opiniões de professores de escolas públicas municipais)

Situação semelhante é percebida no projeto Salvamar, onde se reconhece a importância da iniciativa, mas discute-se sua aplicabilidade.

Em visita ao bairro Porto de Cima, onde ficam a maioria dos barcos de pesca, existem por parte de vários pescadores, reclamações quanto a sustentabilidade do mesmo, uma vez que segundo eles, a coleta do material a ser reciclado não é feita regularmente, o que gera um acúmulo de material nos coletores que periodicamente ficam ocupados em sua capacidade máxima, obrigando-os a lançar o material no mar, ou seja, o alcance das ações do projeto passa a ser limitado.

“O Salvamar é bom, só que nem sempre eles recolhem o óleo queimado do reservatório, aí como a gente tem que trocar o óleo do barco e o reservatório tá cheio, a gente joga o óleo usado no mar mesmo”.  
(depoimento de pescador de Anchieta)

Com relação ao Projeto Tavivamar, como já citado anteriormente, a Samarco não participa mais do mesmo como patrocinadora uma vez que optou por colaborar no Projeto Tamar-Ibama que atua na mesma área do anterior com a preservação das tartarugas marinhas.

O Projeto Árvores que atinge as comunidades do entorno da empresa, com o objetivo de promover a conservação do solo, o amortecimento de ruídos e o maior equilíbrio da fauna e flora, no entanto, os moradores das comunidades afirmam que o mesmo não alcançou efetivamente suas metas.

“O Projeto Árvores começou bem, mas depois não foi a frente, eu acho que eles (Samarco) tinham que acompanhar mais de perto pra orientar a gente e o povo ver que eles estão interessados”.  
(Depoimento de morador de Recanto do Sol)

“Regar as plantas a gente faz, mas quando as mudas começam a ficar doentes a gente não sabe cuidar, aí precisava que eles (Samarco) desse informação de como fazer, trazer remédio que a gente até aplica...”  
(Depoimento de morador de Ubu)

Em se tratando do Projeto Taboa Lagoa, toda a idéia do projeto aparenta ser bastante viável, no entanto sua aplicabilidade passa a ser mais difícil a partir do momento em que se percebe que as ações que viabilizem o aproveitamento do material para a produção de produtos artesanais, são falhas e não existe estrutura física para tal fim, conforme opinião de moradores.

“A gente já podia estar produzindo algumas peças, só que até agora não deu pra gente fazer nada por que falta material e espaço pra isso.”

“Tirar taboa é fácil, o negócio é que a gente não tem um canto pra fazer as peça que tem que ser feita pra vender, aí fica ruim.”  
(Fala de moradores da comunidade de Mãe-Bá)

No entanto, segundo informações da empresa, no decorrer de 2006, será construído um galpão de Mãe-Bá, destinado para a produção artesanal e realização de oficinas para a comunidade, ainda sem uma data definida para o início das obras do mesmo.

Os projetos Imposto Solidário e dia V, por dependerem muito mais da boa vontade dos empregados da empresa, poderão ser citados com mais precisão a partir do momento que a Samarco fizer um balanço destas atividades em especial com relação ao último ano, sendo assim, preferimos não discorrer sobre estes projetos nesta etapa do trabalho.

O Programa Ceape, por ser uma iniciativa de outras empresas e incorporado pela Samarco Mineração, possui a característica básica de não ser criado pela mesma, mas sim de ser trazido por ela para o financiamento de micro e pequenas atividades no município de Anchieta, porém seus resultados aparentam ser positivos do ponto de vista do número de atendimentos, sofrendo críticas com relação à burocracia na liberação dos recursos.

“Pra gente conseguir algum recurso para melhorar nosso negócio é bom, só que eles exigem muito papel e isso dificulta demais...”  
(opinião de morador da sede do município sobre a liberação de recursos Ceape)

Com relação ao Projeto Belo Horizonte, segundo a secretaria de agricultura de Anchieta, já foi realizado pela Faesa (instituição de ensino superior envolvida no projeto) um estudo para definir qual a área pertencente a Samarco Mineração que viabiliza o plantio de mandioca.

No entanto, segundo a mesma secretaria, o projeto não foi adiante uma vez que a área indicada pelo estudo não foi ainda liberada pela empresa e a continuidade do mesmo depende da liberação desta para a instalação da fábrica de farinha e posterior desenvolvimento do projeto.

Para a população local, o problema não está em avaliar a validade destes projetos e sua contribuição para a diminuição de problemas, como no caso de tratamento dentário para famílias de baixa renda, o que sem dúvida é muito importante, mas sim, em identificar se estes projetos e programas não estão inseridos em um contexto maior, ou seja, se não são apenas iniciativas isoladas, paliativas e temporárias para tais problemas.

## 5 CONCLUSÃO

A Samarco Mineração, não só por seu porte, por sua dinâmica e importância na reestruturação social de Anchieta, bem como seu peso na economia estadual e conseqüentemente municipal, tem uma história de sucesso e respeito.

Afinal, uma empresa que obtém um faturamento bruto de R\$ 1,9 bilhão de reais (U\$ 641 milhões) em 2004, com uma margem de lucro líquido de U\$ 206,4 milhões no mesmo ano<sup>80</sup>, deve ser observada com atenção.

No entanto, a tendência atual do mercado de forma geral, não avalia o bom desempenho de uma empresa única e exclusivamente por seu faturamento. Há diversos fatores envolvidos nessa avaliação, que, conforme o resultado pode até mesmo prejudicar seus negócios no comércio internacional.

Com base nesta nova ideologia, segundo a própria Samarco, a empresa começou a atuar de forma *socialmente responsável*, desenvolvendo ações que envolvessem as comunidades de seu entorno durante a década de 1990.

Para tanto, criou projetos sócio-ambientais que objetivassem atuar na solução ou diminuição de problemas sociais em diversas áreas como saúde, educação e meio ambiente.

Um das características apresentadas pela Samarco Mineração ultimamente é a busca de parceria com o poder público local, algo não muito comum até pouco tempo atrás.

---

<sup>80</sup> Fonte: Relatório Anual Samarco 2004

Fazendo uma análise entre os projetos sócio-ambientais da empresa, com base na idéia central da *Responsabilidade Social*, apesar de suas diversas linhas de atuação, que seria melhorar a qualidade de vida da população atingida pelos impactos de qualquer investimento industrial, podemos então apontar com relação aos projetos sociais aqui apresentados 6 aspectos principais:

1. Todos os projetos (ou a maioria) desenvolvidos pela Samarco Mineração são definidos dentro da própria empresa e posteriormente apresentados à comunidade que será beneficiada por ele, não havendo opinião dos moradores com relação aos mesmos;

2. O canal de comunicação empresa X comunidade aparenta certa deficiência o que põe em risco a continuidade e participação popular nos mesmos, uma vez que uma aproximação maior entre estes dois setores, representaria entre outros aspectos, uma maior credibilidade dos projetos.

3. Os grupos sociais atingidos pelos projetos sócio-ambientais da Samarco Mineração demonstram ser aqueles que realmente mais precisam, ou seja, a faixa populacional para onde os projetos são direcionados parecem estar de acordo com os setores sociais mais necessitados, mostrando coerência da empresa na seleção das comunidades.

4. Apesar do esforço e da tentativa de desenvolver atividades que promovam uma melhor qualidade de vida para as comunidades de seu entorno, a Samarco ainda demonstra sinais de distanciamento entre empresa e comunidade caracterizada, segundo opinião de moradores destas, pela pouca presença da mineradora no acompanhamento dos resultados e na aplicabilidade dos referidos projetos.

5. Conforme Camarotti (2003), no relatório do Instituto – Ethos “*atuar de acordo com a responsabilidade social empresarial significa ir além das obrigações legais e dos interesses imediatos*”. Isto significa que é necessário pensar no benefício coletivo acima de tudo e, também exige investimento permanente para o sucesso dos projetos elaborados bem como paciência na obtenção de resultados, o que na maioria dos casos não ocorre.

6. Existe a necessidade de horizontalizar as relações entre setor privado, poder público e sociedade civil organizada, uma vez que atualmente são bem mais claras as ações conjuntas e parcerias entre estes setores, no entanto acredita-se

que uma maior equalização das ações, em muito contribuirá para um maior comprometimento dos atores sociais, aproveitando a Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs)<sup>81</sup> já aprovada pelo Congresso Nacional.

No entanto, é importante destacar o impacto positivo causado pelos projetos citados neste trabalho, principalmente porque tais projetos representam indiscutivelmente uma tendência de mudança na forma de relacionamento da Samarco Mineração com a cidade de Anchieta como um todo, e que, mesmo com possíveis deficiências, percebe-se uma tentativa de estabelecer uma nova dinâmica entre as partes.

Tal fato se torna relevante à medida que se aprofundam os estudos sobre a forma de inserção da Samarco Mineração em Anchieta, bem como toda a sua estrutura montada em dissonância com a realidade local, respeitando-se para tanto as práticas empresariais da época.

Vale ainda mencionar que há indiscutivelmente uma mudança de postura de todos os setores envolvidos nesse processo de interação, o que é imprescindível para tal fim, tanto pela cobrança da população, como pelo papel intermediador do poder público, quanto pela aparente preocupação da empresa com a necessidade desta mudança de relacionamento social.

Porém, muito mais importante do que defender a realização de projetos voltados para resolver problemas sociais em Anchieta é destacar que cabe a todos os atores sociais buscarmos identificar até que ponto seus resultados são realmente favoráveis à população, e até que ponto tal procedimento vai ser de interesse da empresa, uma vez que sua mensuração é extremamente difícil.

Tomando como foco central a busca pela melhoria da qualidade de vida da população diretamente atingida pelos projetos sociais da Samarco Mineração, é imprescindível identificar, dentro de padrões aceitos pelo mercado, até que ponto tais ações proporcionam realmente o que se propõem a fazer, melhorar a qualidade de vida destas populações com projetos socialmente responsáveis.

Contudo, não se pode esquecer que, nestas profundas mudanças sofridas pelo município de Anchieta, e as prováveis que ainda virão a Samarco Mineração

---

<sup>81</sup> Lei 11.079 – 30/12/2004 – que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privado no âmbito da administração pública, disponível no site [www.presidencia.gov.br/CCIVIL](http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL), acesso em 13/01/06.

teve papel preponderante, tanto no início de sua instalação quanto agora como fator de atração de novos investimentos.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASHLEY, Patrícia *et al.* (Coord.) **Ética e Responsabilidade social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BECKER, Berta; EGLER, Cláudio. **Brasil, uma potência regional na economia do mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA. **Balancos Municipais: 1995, 1996, 1997, 1999**.
- CAMAROTTI, Ika. **O que as Empresas podem fazer pela erradicação da pobreza**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.
- COMPLEXO Samarco. **Jornal a Gazeta**, Vitória, 29 set. 1977. Suplemento Especial, p. 1-2.
- DINIZ, Campolina. A Nova Configuração Urbano-Industrial. In: KON, Anita (Org.) **Unidade e Fragmentação: a Questão Regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- ESTUDO de Impacto Ambiental – EIA: Ampliação Usina de Pelotização – Terminal Ponta Ubu. Jaako: Poyry Engenharia Ltda., 1995.
- FISHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração participativa: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor**. São Paulo: Editora Gente, 2002.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Industrial do Espírito Santo**, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Contagem da População**, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Recenseamento Geral**, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Recenseamento Geral**, 1980. Censo Demográfico – Espírito Santo, Planejamento Regional, Região 1 – Vitória. v. 1. Governo do Estado do Espírito Santo, IPES: Vitória, [s.d.]. (Estudos Básicos).
- INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES - IPES. [s.d.].

NEVES, Luis Guilherme Santos *et al.* **História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Anchieta.** Vitória: Brasília Editora Ltda., 1995.

OLIVEIRA, Regina Maria F. de. **Você me conhece?...**: o Brasil visto de perto. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1982.

PIFFER, Cláudia. **Por que as Empresas Privadas Investem em Projetos Sociais e Urbanos no Rio de Janeiro?** Rio de Janeiro: Editora Ágora da Ilha, 2001.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa:** Presença na Paisagem Urbana Brasileira, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação do Espaço Regional e Urbano no Brasil:** o papel do estado e dos grandes investimentos. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1993.

PLANEJAMENTO Urbano e Regional. **Rev. Veritati.** Salvador: UCSal, Ano II, n. 3, ago. 2003.

PROJETO Macrozoneamento Costeiro do Litoral Sul. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória: IPES, 1992.

RELATÓRIO Anual Samarco, 2004.

RELATÓRIO de Atuação Sócio-ambiental Samarco. [200?].

REVISTA FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS., Vitória: Aequus Consultoria S/C, 1995 a 2004. Edições 1-10.

REVISTA INDÚSTRIA CAPIXABA, Ano IX, n. 102, Vitória, maio 1977.

SAMARCO Mineração S.A. Disponível em: <[www.samarco.com.br](http://www.samarco.com.br)>. Acesso em: 29 maio 2007.

SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. **Descentralização e Poder Municipal no Brasil.** Rio de Janeiro: Abril, 2002.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O Porto de Vitória:** Expansão e Modernização, 1950-1993. Vitória: CODESA, 1994.

\_\_\_\_\_. **Indústria e Empobrecimento Urbano:** o caso da Grande Vitória, 1950/1980. Vitória: Edufes, 2001.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz, A Migração para o Litoral: O Caso dos Trabalhadores da Companhia siderúrgica de Tubarão (CST). **Geografes,** Vitória, v. 1, n. 1, jun. 2000.